

**UNIVERSIDADE BRASIL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
CAMPUS - ITAQUERA**

Maikon Oliveira Liporoni

**A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Uma estratégia para Educação Ambiental**

**THE PRACTICE OF STAND UP PADDLE IN PHYSICAL EDUCATION
CLASSES: A strategy for Environmental Education**

São Paulo, SP

2021

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

MAIKON OLIVEIRA LIPORONI

**A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:
Uma estratégia para Educação Ambiental**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador(a)

Prof.^a Dr.^a Denise Regina da Costa Aguiar

São Paulo, SP

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Brasil,
com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

L74p LIPORONI, Maikon Oliveira

A prática do stand-up paddle nas aulas de educação física: uma estratégia para educação ambiental / Maikon Oliveira Liporoni. -- São Paulo: Universidade Brasil, 2021.

83 f. il. color.

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação do Curso de Ciências Ambientais da Universidade Brasil.

Orientação: Profª Drª Denise Regina da Costa Aguiar.

1. Educação ambiental. 2. Preservação ambiental. 3. Esportes a remo. 4. Ensino fundamental. 5. Educação crítica. I. Aguiar, Denise Regina da Costa. II. Título.

CDD 372 357



TERMO DE APROVAÇÃO

MAIKON OLIVEIRA LIPORONI

“A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre**
no **Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais** da Universidade Brasil,
pela seguinte banca examinadora:

Denise Regina da Costa Aguiar

Prof(a). Dr(a) Denise Regina da Costa Aguiar (presidente-orientadora)

Cleber Fernando Meneçasso Mansano

Prof(a). Dr(a). Cleber Fernando Meneçasso Mansano (Universidade Brasil)

Antonella B. F. Ishii

Prof(a). Dr(a). Antonella Bianchi Ferreira Ishii (UNIFACVEST)

São Paulo, 30 de abril de 2021

Presidente da Banca Prof.(a) Dr.(a) Denise Regina da Costa Aguiar



Termo de Autorização

Para Publicação de Dissertações e Teses no Formato Eletrônico na Página WWW do Respectivo Programa da Universidade Brasil e no Banco de Teses da CAPES

Na qualidade de titular(es) dos direitos de autor da publicação, e de acordo com a Portaria CAPES no. 13, de 15 de fevereiro de 2006, autorizo(amos) a Universidade Brasil a disponibilizar através do site <http://www.universidadebrasil.edu.br>, na página do respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, através do site <http://bancodeteses.capes.gov.br>, a versão digital do texto integral da Dissertação/Tese abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira.

A utilização do conteúdo deste texto, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, fica condicionada à citação da fonte.

Título do Trabalho: “A PRÁTICA DO STAND UP PADDLE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Autor(es):

Discente: Maikon Oliveira Liporoni

Assinatura: Maikon O. Liporoni

Orientadora: Denise Regina da Costa Aguiar

Assinatura: Denise Regina da Costa Aguiar

Data: 30/abril/2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir ter conhecimento, força e saúde para ultrapassar todos os obstáculos e continuar na caminhada.

A minha grande Orientadora, Professora Doutora Denise Regina da Costa Aguiar, a quem devo meu respeito, por ter me orientado de forma magistral, desde o nosso primeiro contato, sempre me motivando e me mantendo focado para realização do trabalho. Muito obrigado por me ensinar e ter paciência para me orientar. Foi um honra ter passado este momento de minha vida ao seu lado, um exemplo de pessoa.

Aos professores que puderam ensinar conhecimentos para eu crescer profissionalmente e pessoalmente, em especial, para dois professores que além de me guiarem na trajetória acadêmica são pessoas fantásticas, que guardo em meu coração, são eles: Haide Nassif e Sérgio Neris do Nascimento.

Aos meus Pais, Josino Liporoni e Maria Gorete Nunes de Oliveira Liporoni, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, motivando em todos os momentos que, por muitas vezes, deixaram de realizar seu sonhos para eu continuar nos estudos, nunca me faltou nada. Muito grato em tê-los como meus pais.

Aos meus irmãos Renata Liporoni e Felipe Liporoni que sempre me apoiaram e acreditaram no meu potencial.

A minha namorada Nataniele Viera que sempre esteve ao meu lado, em todos os momentos dessa jornada, me auxiliando.

Aos meus filhos Júlia e Bernardo por serem filhos maravilhosos e terem segurado a barra nos momentos difíceis que vivemos e por muitos momentos em que não pude estar presente dando a devida atenção que mereciam. Filhos, o pai te ama!

Boraviver.

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si
mesmo, os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo.*

(FREIRE, 2001)

RESUMO

A busca pela prática de esportes de aventura ganhou popularidade entre os jovens e a população em geral, tendo visto a inserção de modalidade de aventura nos jogos olímpicos. O Stand up Paddle é uma modalidade praticada com uma prancha e um remo, pode ser realizada em mar, piscinas, lagos, rios e represa. Objetivou-se com este estudo, investigar a prática do Stand Up Paddle na aulas de Educação Física como uma estratégia para a conscientização de educadores e educandos sobre a importância da preservação do meio ambiente. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica sobre a temática em livros, artigos, dissertações e teses. O produto final foi a construção de um Manual Didático Pedagógico. Pode-se evidenciar que o manual didático pedagógico é uma alternativa para estimular educadores a terem um maior interesse sobre a temática ambiental, motivação para elaborar outros projetos, outras vivências e com isso possibilitar a todos os participantes a conscientização sobre a importância da preservação ambiental para a atual e futuras gerações. O trabalho com a Educação Ambiental é uma proposta que precisa fincar raízes nos sistemas de ensino, estaduais e/ou municipais, como prática curricular valiosa, no bojo de uma perspectiva crítica e humanizadora, tendo como horizonte a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e sustentável.

Palavras-Chave: Preservação Ambiental. Educação Crítica. Esportes a Remo. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The search for the practice of adventure sports has gained popularity among young people and the general population, having seen the insertion of adventure mode in the Olympic games. Stand up Paddle is a practical modality with a board and a paddle, it can be performed in the sea, pools, ponds, rivers, and reservoirs. The objective of the study was to investigate the practice of StandUp Paddle in Physical Education classes as a strategy to raise the awareness of educators and students about the importance of preserving the environment. The research was developed through a qualitative approach, with bibliographic review on the theme in books, articles, dissertations, and theses. The final product was the construction of a Pedagogical Didactic Manual. It can be evidenced that the pedagogical didactic manual is an alternative to stimulate educators to have a greater interest on the environmental theme, motivation to elaborate other projects and other experiences and with that it allows all the participants to raise awareness about the importance of environmental preservation for the current and future generations. The work with Environmental Education is a proposal that needs to take root in the teaching systems, state and / or municipal, as a valuable curricular practice, during a critical and humanizing perspective, with the horizon of building a less unequal society, fairer and more sustainable.

Keywords: Environmental Preservation. Critical Education. Rowing Sports.Elementary School.

DIVULGAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Os documentos legais e oficiais garantem a obrigatoriedade da Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, no entanto, observa-se, ainda a dificuldade no trabalho com a questão ambiental. Faz-se necessário um processo formativo para concretizar o trabalho com a Educação Ambiental, o cuidado que o educador precisa ter na implementação das atividades pedagógicas, de modo a garantir a participação ativa e o protagonismo do estudante, preparar o material pedagógico com o estudante, que a atividade não seja apenas uma tarefa para nota. A atividade deve estimular a curiosidade, incentivar a pesquisa, fomentar o debate, possibilitar a conscientização sobre a importância da preservação ambiental. O produto final da pesquisa foi a construção do Manual Didático: Construção da prancha de Garrafa Pet e Iniciação Pedagógica no Stand Up Paddle.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.....	42
FIGURA 02 - Análise sistêmica do contexto socioambiental.....	45
FIGURA 03 - Stand up Paddle no Hawai.....	53
FIGURA 04 – Projeto Standpet.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dissertações que tratam da Educação Ambiental e Educação Física.....	24
Quadro 2- Pesquisas que tratam do Stand Up Paddle.....	27
Quadro 3- Apresenta a organização da temática nas aulas de EF do ensino Fundamental Anos Finais.....	48
Quadro 4- Apresenta a estrutura de cada habilidade e suas possibilidades...	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEMA: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente;

ABI: Associação Brasileira de Imprensa.

ANAMMA: Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente.

BNCC: Base Nacional Comum Curricular.

CCFV: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes da Tapera;

CNE: Conselho Nacional de Educação;

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente;

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

DS: Desenvolvimento Sustentável;

E.A: Educação Ambiental

E.F: Educação Física;

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

ONG: Organização Não Governamental;

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;

PCN: Parâmetro Curricular Nacional.

PET: Polietileno tereftalato.

PNEA: Política Nacional da Educação Ambiental.

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;

SISNAMA: Entidades Integradas do Sistema Nacional de Meio Ambiente;

SUP- Stand up Paddle.

UNDIME: União dos Dirigentes Municipais de Educação.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 OBJETIVO.....	23
3 REVISÃO DA LITERATURA.....	24
3.1 ESTADO DA ARTE.....	24
3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÃO CRÍTICA E DESAFIOS.....	29
3.2.1 Políticas e Programas para a Educação Ambiental.....	32
3.3 CONSUMO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	44
3.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	47
4 MATERIAIS E MÉTODOS.....	51
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	52
5.1 HISTÓRIA DO STAND UP PADDLE.....	52
5.2 STAND UP PADDLE NO BRASIL.....	54
5.3 PROJETOS UTILIZANDO O STAND UP PADDLE COM A PEGADA AMBIENTAL	54
5.4 PROPOSTA DA PRÁTICA DO STAND UP PADDLE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIALOGANDO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	57
6 CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A.....	66

APRESENTAÇÃO

O Iniciar da caminhada e o compromisso com a Educação Ambiental

Nesta apresentação, descrevo um pouco sobre os caminhos percorridos.

Graduado em Educação Física pela Faculdade Integrada de Ribeirão Pires (FIRP) em 2006, pós-graduado Lato Sensu em Pedagogia do Esporte, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2007, pós-graduado Lato Sensu, em Gestão Escolar, pela Faculdade de Carapicuíba (FALC) em 2012.

Há 13 anos atuo como professor de Educação Física, na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Fui agraciado com o prêmio Professor padrão oferecido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o prêmio professor nota 10, oferecido pela Diretoria de Ensino de Mauá/SP.

Desde 2007 desenvolvo projetos com as escolas públicas e particulares. O projeto “Circo na Escola”, atende crianças de 4 anos a 17 anos, com caráter artístico e esportivo. O projeto “Educação Física além dos muros da escola” é realizado através de atividades em meio aquático, com stand up paddle ¹ e canoa polinésia² com o viés em Educação Ambiental, projeto reconhecido ³por diversos meios de comunicação realizado na represa Billings no município de Ribeirão Pires –SP, com educandos do ensino fundamental I e II, através de um estudo do meio na represa, coleta de resíduos sólidos no local e por meio de prática das modalidades esportivas.

¹ Por vezes traduzido como Remo em pé, SUP; em havaiano *Hoe He'e nalu*) é um esporte é utilizado uma prancha para remar em pé e um remo para gerar a propulsão.

² E o nome genérico dado à embarcação de origem polinésia que tem como peculiaridade um segundo casco que serve de estabilizador, permitindo que mantenha sua velocidade sem comprometer a sua estabilidade. Esta denominação genérica é adotada para definir as canoas tradicionalmente utilizadas na região do triângulo polinésio. Também chamadas de Canoa Havaiana, Wa'a, Va'a, Outrigger, essas embarcações foram muito importantes para o processo de colonização daquela região

³ Site www.waves.com.br, www.revistafluir.com.br, jornal mais notícias, diário de Ribeirão Pires.

Há mais de 15 anos atuo com esportes de Aventura, sendo instrutor de Rapel, Escalada, Stand up Paddle e Canoa Polinésia, atleta amador de Stand up Paddle Race e Canoa Polinésia, participando de provas em todo Brasil ganhador do Prêmio Família ALOHA⁴.

Há 8 anos atuo, no ensino superior, no curso de Educação Física com as disciplinas: Biomecânica, Cinesiologia, Esportes de Aventura, Atividade Circense, Fundamentos e práticas do ensino fundamental I, II, Gestão Escolar, Educação e Novas Tecnologias e no curso de Pedagogia: Corpo e Movimento, Jogos e Brincadeiras e História: Jogos e Brincadeiras, nas Universidades: União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (UNIESP) e Universidade Brasil.

O interesse por modalidades a remo surge, no ano de 2013, após realizar algumas pesquisas, sobre uma modalidade chamada Stand up Paddle. Um mês depois adquiri minha primeira prancha dando início a prática da modalidade, e assim, fui inserindo minha família, meu pai, minha mãe, meus irmãos e minha filha. Iniciamos as competições da modalidade participando dos circuitos Regionais e Nacional. Em seguida, conheço em uma competição a modalidade canoa polinésia ou também conhecida como Va'a, dando início a prática e competições.

Em 2014 começo a estruturar o stand up paddle e a canoa polinésia para inserir esses esportes nas aulas de Educação Física por meio do projeto intitulado: "Educação Física além dos muros da escola". Parte do projeto foi desenvolvido dentro da escola e a vivência prática da modalidade, na represa Billings, na cidade de Ribeirão Pires – SP.

⁴ Prêmio ofertado pelo maior evento de esportes aquáticos da america latina, onde se premia com votação nacional a família que mais representa o estilo aloha de ser.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das cidades ao redor das áreas de mananciais e das represas associado com a falta de planejamento urbano orientado por critérios de sustentabilidade, ou seja, a supressão de vegetação, a poluição ambiental por despejos industriais, domésticos, resíduos sólidos descartados de modo inadequado e em grande volume, provocaram a degradação ambiental, tudo isso, agravado pela ausência de políticas públicas com ações efetivas para o desenvolvimento de projetos e programas de preservação ambiental.

A compreensão dos problemas ambientais nas cidades é uma construção histórica e social, situada em uma variedade de experiências complexas. Pode-se observar, de fato, a existência de uma multiplicidade de formas de representação da natureza e do ambiente, desde a científica à mítica. Para Hannigan (1995), em vez de uma entidade permanente, o meio ambiente deve ser entendido como um conceito fluente, apontando na direção de um construcionismo social, fruto de um processo histórico maior que engloba os sistemas produtivo e político, além das relações sociais e da própria cultura. É preciso ressaltar que os problemas socioambientais urbanos, assim como em outros sistemas (produtivo e político), acabam por seguir uma divisão internacional, apresentando-se, mais severamente, nos países em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos.

Leff (2002) aponta o processo de colonização pelo qual passaram inúmeros países dos continentes do Hemisfério Sul como um dos maiores geradores da degradação dos patrimônios natural e cultural nesses lugares.

No modo de produção capitalista ocorre uma configuração social onde as leis são organizadas e condições gerais impostas, gerando desigualdades sociais e degradação ambiental.

Leff (2002) observa que:

Neste sentido, a noção de formação social enriquece e torna mais concretas as determinações abstratas do modo de produção, para dar conta do processo de constituição, de reprodução ou de transformação da sociedade. Entretanto, a teoria da produção deve ser completada incorporando esferas de materialidade que ficaram fora da ordem complexa de condições de sustentabilidade ecológica que determinam a reprodução do modo de produção capitalista de

toda formação social onde convergem as histórias diferenciadas das línguas, a heterogeneidade dos sistemas ecológicos e a diversidade de organizações culturais. Toda formação social constitui, assim, “sínteses de múltiplas determinações” (LEFF, 2002, p. 45).

Antes da Revolução Industrial os resíduos sólidos produzidos nas residências eram compostos basicamente de matéria orgânica, dessa forma era fácil eliminá-los, bastava enterrar, além disso, as cidades eram menores e o número da população restrita (SANTOS, 2010, p.7). Com aumento populacional e o desenvolvimento urbano, as questões dos descartes dos resíduos sólidos, tornaram-se complexas, pois já não é mais possível enterrá-los, devido a quantidade e a diversidade (SANTOS, 2010).

Os resíduos sólidos causam poluição atmosférica, poluição hídrica, do lençol freático, poluição do solo e, além disso, dependendo do tipo de resíduos, pode ser o vetor causador de doenças para população, ocasionando danos à saúde e comprometimento da qualidade de vida (SANTOS,2010).

A Lei nº 12.305/2010 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e define resíduos sólidos como:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Os resíduos sólidos têm diversas classificações e em todas as categorias de resíduo a PNRS define aspectos de tratamento e regulamentações.

Especificamente, o artigo 13 da Lei nº 12.305/2010 apresenta uma classificação dos resíduos sólidos.

I - quanto à origem:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
 - d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
 - e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
 - f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
 - g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
 - h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
 - i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
 - j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
 - k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;
- II - quanto à periculosidade:
- a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;
 - b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a” (BRASIL, 2010).

Dentre os resíduos sólidos mais utilizados está o plástico que ganha espaço se tornando uma necessidade da vida moderna. Não é sem razão que já se convencionou chamar o nosso tempo de Era do Plástico. O plástico evoluiu da posição de sucedâneo à de matéria prima essencial para um cem números de especificações, e a cada nova necessidade da vida moderna, logo,

emerge das provetas um material sintético mais racional, mais abundante, mais uniforme, mais econômico (RAMALHO, 2009, p.13).

Grande parte dos produtos para consumo, hoje, têm embalagens. As empresas criam as embalagens para proteger e transportar seus produtos. Mas, as embalagens ao final serão agressivas ao meio ambiente (BRACHT, 2010).

A indústria dos plásticos está em desenvolvimento constante, com o surgimento de tecnologias para atender às novas demandas que surgem a cada dia, e não é surpresa que a produção mundial de plástico tenha chegado aos 265 milhões de toneladas em 2010. Entre 1950 e 2017, um total de 9,2 bilhões de toneladas de plástico foram produzidas. Isso representa mais de uma tonelada por cada pessoa que vive, hoje, no planeta Terra. A maior parte consiste em produtos e embalagens de uso único. Menos de dez por cento de todo o plástico já produzido foi reciclado. Os plásticos são materiais produzidos a partir do petróleo, matéria-prima bastante explorada no mundo, baratos, duráveis e versáteis, o que facilita o desenvolvimento de produtos e beneficia a sociedade em diversas maneiras. Os plásticos podem, inclusive, diminuir o consumo energético e as emissões de gases de efeito estufa em diversas circunstâncias em comparação com as alternativas do mercado, ou fazerem isso independentemente da concorrência, como no caso de isolamentos térmicos e aplicações em sistemas de geração de energia solar e fotovoltaica (PLASTICS EUROPE, 2011).

Cabe salientar que o desenvolvimento sustentável não nega a necessidade do progresso tecnológico. Segundo Donaire (1995), o desenvolvimento sustentável tem três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. O desenvolvimento tecnológico deve ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento de capacidade de inovação dos países em desenvolvimento; o progresso deve significar a integração de maior riqueza, maior benefício social equitativo e equilíbrio ecológico.

A implantação de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado supõe mudanças radicais na consciência da sociedade e comportamentos de empresas, governos, justiça, nas políticas públicas e políticas econômicas, agrícolas e industriais (MINC, 2005, p.147).

Trevisol aponta que:

A EA não é um tema qualquer que pode ser adiado ou relegado a segundo plano. Trata-se de uma necessidade histórica latente e inadiável, cuja emergência decorre da profunda crise socioambiental que envolve nossa época. Educar para a sustentabilidade tornou-se um imperativo, sobretudo porque as relações entre sociedade e natureza agravaram-se, produzindo tensões ameaçadoras tanto para o homem quanto para a biosfera (TREVISOL, 2003, p 43).

Salvador (2006) observa que o conceito de sustentabilidade formulado em Nosso Futuro Comum, Relatório Brundtland (1987), coloca questões novas em relação à problemática socioambiental. Em primeiro lugar, se reporta não apenas aos limites impostos pelo caráter finito da natureza, mas à noção de necessidade básica, particularmente, às “necessidades essenciais dos pobres do mundo”. Assim, com o conceito de sustentabilidade formulado pode-se ver a importância do desenvolvimento sustentável e efetiva relação com a Educação Ambiental.

Reigota (2007) propõe que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, com participação ativa na busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais. A Educação Ambiental pode ser uma estratégia problematizadora para a sensibilização, conscientização e reflexão sobre a realidade.

Como ensina Paulo Freire, os educadores comprometidos com a formação humana cidadã e libertadora compreendem a Educação como ato intencional dos sujeitos envolvidos e cujos conhecimentos perpassam as problematizações dos seres humanos em suas relações com o mundo (FREIRE, FAUNDEZ, 2008).

Mais especificamente, na área da Educação Física há um estreitamento e uma gama de esportes praticados, em meio a natureza, com isso facilitando a prática com a Educação Ambiental, possibilitando a interação de uma forma assertiva e muito dinâmica, a produção de conhecimentos relacionados as práticas corporais de aventura a serem trabalhados nas aulas, tais como:

Slackline, Escalada, Surf, Stand up paddle, entre outros (LEITE e CAETANO, 2004).

A Educação Física é um componente curricular, do ensino fundamental, que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. O movimento humano está inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Nas aulas de Educação Física as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular. Desse modo, é possível assegurar ao educando a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros, desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BNCC, 2018).

De acordo com Marinho (2008) as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) caracterizam-se por serem vivenciadas durante o tempo livre, permeadas pelos aspectos imaginários, podendo proporcionar sensações e emoções, em contato com um ambiente natural.

As atividades de aventura permitem certo afastamento de expressões céticas e individualistas que permeiam o cotidiano urbano por meio do contato com a natureza, mediante relações humanas mais diretas e intensas. Tais práticas são “recheadas” de experiências estéticas e de relações de “composição”, podendo provocar no praticante um nível de consciência importante sobre diversas relações humanas sociais e ambientais (SANT’ANNA, 1999).

Nos últimos anos, intensificaram-se estudos e intervenções sobre a temática das atividades de aventura na natureza, com contribuições para melhor compreensão do fenômeno. As pesquisas são emblemáticas com foco nas relações entre as atividades de aventura e idosos; portadores de necessidades especiais; competências empresariais; drogodependentes; escolares, entre outras especificidades (MARINHO, 2008).

O Stand up Paddle pode ser realizado em represas, lagos, rios e praias (com o mar calmo ou com ondas), com profissional qualificado e com os materiais: prancha e remo. Trata-se de um esporte que a cada dia se torna mais popular por ser uma aventura a cada “treino”, pois o praticante fica em uma plataforma instável (prancha). O primeiro passo é pedir que o praticante se posicione em cima dela, buscando o equilíbrio. Após o equilíbrio, o segundo passo é a tentativa de movimentação com prancha na água, remando, após um tempo de técnica adquirida. No decorrer do tempo, com a prática constante, alguns praticantes pegam até ondas com o Stand Up Paddle.

Sendo assim, o problema de investigação parte da hipótese de que a Prática do Stand Up Paddle possibilita o contato com a natureza e pode ser uma estratégia educativa, nas aulas de Educação Física, para a conscientização de educadores e educandos sobre a importância de preservação do meio ambiente.

2 OBJETIVOS

A pesquisa tem por objetivo central investigar a prática do Stand Up Paddle nas aulas de Educação Física como uma estratégia para a conscientização de educadores e educandos sobre a importância da preservação do meio ambiente.

E, como objetivos específicos: (i) Discutir a importância do trabalho com a Educação Ambiental nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental para o aprimoramento e atuação de educadores e educandos com ações ambientais locais e recolhimento de resíduos. (ii) Construir um Manual Didático para educadores e educandos.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 ESTADO DA ARTE

Pode-se observar que os trabalhos acadêmicos que tratam de pontos que dialogam com este estudo, têm sido pouco produzidos.

A pesquisa, com estudos correlatos, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), iniciou-se, com uma primeira busca utilizando-se o conjunto das *palavras-chave*: ‘Educação Ambiental, Educação Física, Stand Up Paddle’. Para essa busca não foram encontrados trabalhos.

Buscou-se então, uma segunda combinação de palavras-chave: “Educação Ambiental e Educação Física”, foram localizados 11 trabalhos, entre, teses e dissertações, dentre eles, selecionados 3 que tivessem relação com o tema aqui proposto, analisando-se o resumo, introdução e metodologia.

No quadro 1, destacam-se o ano, o título, o autor, instituição das pesquisas e público-alvo, seguido de breve descrição dos trabalhos analisados.

Quadro 2: Dissertações que tratam da Educação Ambiental e Educação Física

Ano	Título	Autor	Instituição	Público-alvo
2016	Trilhas ecológicas como recurso didático para a educação ambiental integrando educação física e biologia	Paulino Pinheiro Gaia	Instituto Federal do Amazonas	Professores
2008	Atividades físicas de aventura na escola: uma proposta nas três dimensões do conteúdo	Laercio Claro Pereira Franco	Universidade Estadual Paulista	Professores
2006	Ser humano e natureza: um olhar da educação física a partir de surfistas e	Fernanda Kundrat Brasil	Universidade de São Paulo	Educadores Ambientais

	pescadores artesanais			
--	-----------------------	--	--	--

Fonte: Autoria própria com base no Portal BDTD/IBICT, 2021

Gaia (2016) realizou uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo desenvolver atividades interdisciplinares em trilhas ecológicas em Espaços Não-Formais (ENFs) amazônicos, contribuindo para a formação do indivíduo em relação à conscientização ambiental. O autor observa que a problemática da pesquisa surgiu em virtude da falta de iniciativa em relação a atividades interdisciplinares que visualizassem os recursos naturais regionais (aulas de campo) como alternativa didática para o ensino de Educação Ambiental (EA). A pesquisa foi desenvolvida com os discentes do PARFOR da Segunda Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Centro (CMC), por meio de práticas interdisciplinares, integrando as disciplinas de Educação Física (EF) e Biologia (BIO), utilizando como recurso didático três trilhas ecológicas (ASFRAMA, Cachoeira Natal e Corredeira do Urubuí) no município de Presidente Figueiredo-AM.

Gaia (2016) evidenciou como resultados da pesquisa a aplicação de processos de aprendizados de forma interdisciplinar com conteúdos desenvolvidos pela EF como atividades corporais de aventura, recreação na natureza e caminhadas; integrando-os aos conhecimentos biológicos visualizados nas trilhas ecológicas. O autor, ao final da pesquisa, criou o website denominado "Trilhas BIOEDFÍSICAS Ecológicas: Integrando o Ensino de Educação Física e Biologia na EA" e O Jogo Didático de Tabuleiro "Trilhas Eco Ambientais em Presidente Figueiredo".

Franco (2008), em sua pesquisa de mestrado, observou que as Atividades Físicas de Aventura são uma realidade, fruto de um grande desenvolvimento ocorrido principalmente nas duas últimas décadas. São eventos relacionados ao Surf, Skate, Ralis, Corridas de Aventura, entre muitos outros, vivenciados em várias faixas etárias. Observou também que as Atividades Físicas de Aventura estão sendo largamente difundidas em documentários sobre expedições e reportagens ecoturísticas que envolvem várias de suas modalidades, tais como: Rapel, Tirolesa, Corrida de Aventura,

Trekking ou, ainda, outras atividades chamadas esportes radicais. Essas práticas têm atraído a prática e o consumo de grande parte dos jovens e adultos brasileiros, chegando a competir, em preferência, com alguns esportes tradicionais do país.

O autor pontuou que se faz necessário incentivar a prática das Atividades Físicas de Aventura (A.F.A.) também na escola, o que significa estreitar relações com as discussões sobre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (FRANCO, 2008).

O objetivo da pesquisa foi arrolar uma série de atividades relacionadas às Atividades Físicas de Aventura possíveis de serem realizadas na escola, apontando as três dimensões do conteúdo. Explorar e descrever essas atividades como uma possibilidade pedagógica real na escola, capaz de fazer parte do currículo comum da Educação Física como valor de conhecimento, tanto quanto qualquer dos conteúdos tradicionais da área.

O estudo apresentou, possibilidades pedagógicas de atividades de aventura nas três dimensões dos conteúdos (Procedimental, Conceitual e Atitudinal), os seguintes temas; - Corridas de Orientação, Trekking ou Enduro a pé; - Montanhismo; - Atividades sobre Rodas; - Atividades Físicas de Aventura Aquáticas.

Franco (2008) evidenciou como resultado do estudo que é possível inserir A.F.A. na escola; que essas atividades são significativas pedagogicamente e são bem aceitas pela comunidade escolar.

Brasil (2006), em sua pesquisa mestrado, buscou a partir de um olhar da Educação Física, refletir a respeito dessa relação no sentido de analisar a complexidade desse tema. Para isso, por meio de revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo (observação livre e entrevista direta), investigou o significado da Natureza para pescadores artesanais e surfistas; como a diversidade de significados atribuídos por esses grupos ao mundo natural - por meio do trabalho, no caso dos pescadores, e pelo lazer, no caso dos surfistas, e de que forma a temática ambiental, visualizada pelas produções científicas do CONBRACE (2001, 2003, 2005), se situou no campo da Educação Física.

A pesquisa revelou uma multiplicidade de fatores - a participação; a autoconsciência; a liberdade; a fruição dos sentidos e das emoções; o potencial

exercício do lúdico, a qualidade de vida, dentre outros. Evidenciou que as produções científicas denotaram a escassez de referências às temáticas ambientais e a necessidade de constituição de interpretações que considerem outros modos de pensar, agir e sentir o corpo que agreguem sentidos, valores e significados mais próximos do humano no ser humano, apesar da incipiência de considerações nesse sentido.

Brasil (2006) concluiu que foi constituído uma aproximação entre Educação Física e Saúde Coletiva, como campos de produção de conhecimento e intervenção profissional possibilitando outras leituras, ainda pouco exploradas.

No tocante a terceira busca, com estudos correlatos, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utilizou-se a combinação de *palavras-chave*, “Educação Física e Stand Up Paddle”, localizando-se apenas uma dissertação de mestrado, cuja temática não apresentou relação com este objeto de estudo. Na sequência utilizou-se a combinação de *palavras-chave*: “Educação Ambiental e Stand Up Paddle, tendo como resultado, nenhum trabalho localizado.

Por fim, buscou-se a palavra-chave: Stand Up Paddle, sendo localizados 5 estudos, entre teses e dissertações, selecionados 2, uma tese e uma dissertação, que apresentam relação com a temática, analisando-se o resumo, introdução e metodologia.

No quadro 2, destacam-se o ano, o título, o autor, instituição das pesquisas e público-alvo, seguido de breve descrição dos trabalhos analisados.

Quadro 2: Pesquisas que tratam do Stand Up Paddle

Ano	Título	Autor	Instituição	Público-alvo
2016	TURISMO DE AVENTURA EM OSÓRIO, RIO GRANDE DO SUL: UMA POSSIBILIDADE PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM DESTINO	LUCAS FRUET GIL	Universidade de Caxias do Sul	Turismo de Aventura
2015	CHARACTERIZAÇÃO BIOMECÂNICA DA CONDUTA MOTORA NA	JOMILTO	Unesp	Profissionais da área da saúde

	REMADA BÁSICA DE PASSEIO DO ESPORTE STAND UP PADDLE	LUIZ PRAXEDES		
--	---	---------------	--	--

Fonte: Autoria própria com base no Portal BDTD/IBICT, 2021

Praxedes (2015) destacou que no esporte Stand Up Paddle (SUP), o praticante posiciona-se em bipedestação sobre a prancha e utiliza o remo para deslocar-se no mar. Apesar do aumento do número de praticantes, assim como, da quantidade de competições desta modalidade esportiva no Brasil, ainda não se sabe das características biomecânicas envolvidas na remada.

Praxedes (2015) o estudo objetivou caracterizar biomecanicamente a conduta motora remada básica de passeio do esporte SUP. Foi realizado um ciclograma funcional da remada e interpretação cinesiológica por meio da ferramenta ADE®, mediante captura de imagem, no plano sagital, da remada de passeio. Em seguida, na análise videogramétrica 3D, as imagens foram capturadas a uma frequência de 30Hz, importadas para o computador e digitalizadas no software Skillspector. Na identificação do comportamento cinético da remada básica de passeio SUP, foram estimadas variáveis cinéticas e foram identificados os esforços gerados em cada mão durante a remada, através de extensômetros posicionados em cada pega do remo.

Praxedes (2015) concluiu que a remada básica de passeio do SUP é uma conduta motora multiplanar e que as articulações do ombro e cotovelo são as responsáveis pelos movimentos da remada. Também observou que os maiores esforços gerados pelo executante são identificados na pega inferior.

Gil (2016), desenvolveu sua pesquisa de doutorado junto ao Projeto Lagoas Costeiras 3, patrocinado pela Petrobras e desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS), entre 2014 e 2016. O estudo foi feito por meio de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e teve como objetivo identificar, caracterizar e mapear as atividades do turismo de aventura no município de Osório-RS, dentro de uma perspectiva ambiental.

O autor, para coleta de dados, realizou visitas de reconhecimento à região, observação in loco com registro fotográfico e entrevista com ofertantes do segmento de aventura. Observou que em Osório, foram identificadas 12

modalidades do segmento (Kitesurf, Stand up Paddle, Barco a Vela, Windsurf, Canoagem, Planador, Paraglider, Paramotor, Asa Delta, Mountain Bike, Caminhada em trilhas e Cavalgada).

Os resultados da pesquisa de Gil (2016) indicam a facilidade do município para o turismo de aventura, devido sua diversidade de recursos naturais, lagoas, montanha e oceano, além, da presença marcante do vento, possibilitando a prática de 60% das modalidades identificadas.

O autor observou que Osório possui características geográficas e paisagísticas que poderiam tornar o município um destino turístico de contato com a natureza, priorizando a conscientização ambiental, a qualidade de vida por meio do lazer somado ao esporte, saúde e aventura.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÃO CRÍTICA E DESAFIOS

Pode-se observar na literatura acadêmica diferentes definições de educação ambiental. Educação para a Sustentabilidade, Educação Ambiental, Educação Global, Ecopedagogia, Educação para a Paz, Educação para os Direitos Humanos e Educação Crítica, são diversos movimentos educacionais, que em diferentes medidas, buscam objetivos parecidos, relacionados à maior justiça socioambiental, melhores condições de vida, maior participação das pessoas nas decisões políticas e igualdade, seja de renda, cultural ou ambiental. (LAMIM-GUEDES, 2014)

O Congresso de Belgrado, promovido pela UNESCO, em 1975, apresentou como meta da Educação Ambiental:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos (UNESCO, 1975).

Em 1977, foi realizada a *Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental*, organizada pela UNESCO em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e realizada na cidade de Tbilisi, teve como documento final a *Declaração de Tbilisi*, segundo a qual:

a educação deve desempenhar uma função capital com vistas a despertar a consciência e o melhor entendimento dos problemas que afetam o meio ambiente. Essa educação deverá fomentar a formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente, bem como a utilização dos recursos existentes pelas nações. A educação ambiental deve abranger pessoas de todas as idades e de todos os níveis, no âmbito do ensino formal e não-formal. Os meios de comunicação social têm a grande responsabilidade de colocar seus enormes recursos a serviço dessa missão educativa. [...] A Educação Ambiental deve constituir um ensino geral permanente, reagindo às mudanças que se produzem num mundo em rápida evolução. Esse tipo de educação deve também possibilitar ao indivíduo compreender os principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva visando à melhoria da vida e à proteção do meio ambiente, atendo-se aos valores éticos. [...] Essa educação contribui para que se exija a continuidade permanente que vincula os atos do presente às consequências do futuro; além disso, demonstra a interdependência entre as comunidades nacionais e a necessária solidariedade entre todo o gênero humano (UNESCO; 1977, s.p.).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992, produziu documentos que abordam a EA. No Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental é definida como o processo que busca:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (BRASIL, 1992).

Propõe-se que a Educação Ambiental seja um processo dinâmico de formação, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas se constituam como sujeitos transformadores, participando ativamente em busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso correto e sustentável dos recursos naturais.

Ante os complexos problemas ambientais que têm desafiado a inteligência e a capacidade humana, a Educação Ambiental funciona como um catalizador para sensibilização e reflexão crítica sobre a realidade. Os temas relacionados ao Meio Ambiente têm sido inseridos em documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013), Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), em materiais didáticos diversos e no trabalho pedagógico por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, tornando-se parte obrigatória da rotina do ensino.

“A educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios” (REIGOTA, 2007).

Educar para a sustentabilidade ambiental é uma educação para um outro mundo possível, sempre entendendo a sustentabilidade como “[...] equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio [...], é harmonia entre os diferentes” (GADOTTI, 2006, p. 78). Na visão deste autor, a ética da responsabilidade social é um dos pressupostos da Educação Ambiental, requisito imprescindível para a formação do educando e do sujeito cidadão.

Portanto, define-se “educação ambiental”, como uma Educação que visa desenvolver atividades relacionadas ao conhecimento do meios e ao uso dos recursos naturais (DIAS, 2004). O conceito é muito claro e objetivo, o foco da Educação Ambiental, é a forma como sensibiliza o público e como organizar ações mais assertivas para que realmente, tenha sentido e significado, tudo isso comece a fazer parte de vidas e práticas cotidianas, ou seja, o fazer do dia a dia.

Reigota (2014) ao discorrer sobre os desafios da educação ambiental escolar, assinala que:

[...] A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser tendência rebelde do pensamento educacional contemporânea, mas sim porque

nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas (REIGOTA, 2014, p.49).

3.2.1 Políticas e Programas para a Educação Ambiental

Conferência de Estocolmo

A primeira conferência global das Nações Unidas voltada integralmente para a preservação do meio ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, no período de 5 a 16 de julho de 1972. Contou com a participação de 113 países e aproximadamente, e 400 instituições governamentais e não governamentais. A Declaração de Estocolmo, torna-se um material guia para a preservação e a melhoria do meio ambiente humano, e com isso o termo sustentabilidade ganhou sua importância (BRASIL, 1972).

Os países em desenvolvimento se opunham ao debate, já que as economias eram praticamente industriais, altamente degradantes ao meio ambiente.

Entre as grandes questões e debates registradas, na segunda metade do século XX, certamente pode-se constatar a que envolve a relação (ou contradição) entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, notadamente a posição preponderante assumida pelo complexo militar-industrial com seu metabolismo socioeconômico marcado pelo desperdício de recursos – tanto ambientais como de trabalho humano (MÉSZÁROS, 1996, p. 140).

Carta Belgrado

A carta de Belgrado foi elaborada, na conferência de Belgrado, no ano de 1975, na Iugoslávia, em resposta a conferência de Estocolmo. Nesta conferência foram discutidos os princípios para realização de um Programa de Educação Ambiental (EA).

A conferência deu origem a Carta de Belgrado que foi considerada um marco histórico para o movimento da Educação Ambiental (EA). Como resultado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura – UNESCO, criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) (PEDRINI, 2000).

Foram estabelecidos os objetivos para a Educação Ambiental, sendo estes:

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas. Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica. Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria. Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais. Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de Educação Ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos. Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (PEDRINI, 2000).

Recomendações de Tbilisi

A conferência de Tbilisi é considerada o principal evento sobre a temática da Educação Ambiental (Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental), realizada na Geórgia – ex URSS, entre os dias de 14 e 26 de outubro de 1977, sob a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU), a Ciência e a Cultura e com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (PEDRINI, 2000).

Segundo PHILIPPI Jr, PELICIONI e COIMBRA (2000, p.182), "a Educação Ambiental é muito mais do que o ensino ou a defesa da Ecologia, é um processo voltado para a apreciação crítica da questão ambiental sob a perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural, política e, naturalmente, ecológica, isto exige, portanto, uma abordagem interdisciplinar".

Pedrini (2000, p. 28) aponta os principais pontos vislumbrados na Conferência de Tbilisi, que seguem:

[...] Deveria a [Educação Ambiental] basear-se na ciência e tecnologia para a consciência e adequada apreensão dos problemas ambientais, fomentando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais. Deveria se dirigir tanto pela educação formal como informal a pessoas de todas as idades. Despertar o indivíduo a participar ativamente na solução de problemas ambientais do seu cotidiano. Teria que ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar, demonstrando a dependência entre as comunidades.

Pedrini (2000, p. 32) destaca o público-alvo da Educação Ambiental estabelecido na Declaração de Tbilisi:

A Educação Ambiental deve ser dirigida à comunidade despertando o interesse do indivíduo em participar de um processo ativo no sentido de resolver os problemas dentro de um contexto de realidades específicas, estimulando a iniciativa, o senso de responsabilidade e o esforço para construir um futuro melhor. Por sua própria natureza, a Educação Ambiental pode, ainda, contribuir satisfatoriamente para a renovação do processo educativo.

Por fim, Pedrini (2000, p. 35) apresenta os objetivos da Educação Ambiental, descritos na Declaração de Tbilisi:

Com esse propósito, cabe à Educação Ambiental dar os conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente; fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina, que favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente, assim como uma ampla gama de habilidades práticas necessárias à concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais.

Carta da Terra

A carta da terra é uma declaração dos princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI. Trata-se de uma declaração que apresenta princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade mais sustentável. Após oito anos de discussões em todos os

continentes, a Carta foi ratificada em 14 de março de 2000, em Paris, pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Carta da Terra e Agenda 21 tem todo o envolvimento da comunidade escolar foram abordadas nos currículos escolares com a intencionalidade de realizar a construção de conhecimento, para que as pessoas se tornem multiplicadoras com ações em prol de um mundo mais justo e ambientalmente sustentável.

Gadotti (2006) observa que não se aprende a amar a Terra lendo livros sobre isso, nem livros de ecologia integral. A experiência própria é o que conta. Por exemplo, plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma plantinha, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se em uma floresta, sentindo o cantar dos pássaros, nas manhãs ensolaradas ou não, observando como o vento move as plantas, sentindo a areia quente nas praias, olhando para as estrelas em uma noite escura.

Sem uma educação sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, apenas de contemplação, não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, de “cuidado” (BRASIL, 2020)

A Carta da Terra organiza 16 princípios para a melhoria da vida sustentável, são eles:

- 1.** Respeitar a Terra e toda a vida. A Terra, toda a forma de vida e todos os seres vivos possuem um valor intrínseco e têm direito ao respeito, sem levar em conta seu valor utilitário para a humanidade.
- 2.** Cuidar da Terra, protegendo e restaurando a diversidade, a integridade e a beleza dos ecossistemas do planeta. Onde houver risco de dano grave ou irreversível ao meio ambiente, uma ação preventiva deve ser adotada a fim de evitar prejuízo.
- 3.** Viver de modo sustentável, promovendo e adotando formas de consumo, produção e reprodução que respeitem e salvaguardem os direitos humanos e a capacidade regeneradora da Terra.
- 4.** Instituir justiça e defender, sem discriminação, o direito de todas as pessoas à vida, à liberdade e à segurança pessoal, dentro de um meio ambiente adequado para a saúde humana e o bem-estar espiritual. As pessoas têm direito à água potável, ar puro, solo não-contaminado e à segurança alimentar.

5. Compartilhar equitativamente os benefícios do uso de recursos naturais e de um meio ambiente saudável entre as nações, entre ricos e pobres, homens e mulheres, e gerações presentes e futuras, internalizando todos os custos ambientais, sociais e econômicos.
6. Promover o desenvolvimento social e sistemas financeiros que criem e mantenham meios sustentáveis de subsistência, erradiquem a pobreza e fortaleçam as comunidades locais.
7. Praticar a não violência, reconhecendo que a paz é o todo criado por relações harmônicas e equilibradas consigo mesmo, com outras pessoas, com outras formas de vida e com a Terra.
8. Fortalecer processos que capacitem as pessoas a participar efetivamente no processo decisório e que assegurem a transparência e o dever da prestação de contas no exercício do governo e na administração de todos os setores da sociedade.
9. Reafirmar que às populações nativas e tribais cabe um papel vital no cuidado e proteção da Mãe Terra. Elas têm o direito de preservar sua espiritualidade, seus conhecimentos, terras, territórios e recursos.
10. Afirmar que a igualdade de gênero é um requisito do desenvolvimento sustentável.
11. Assegurar o direito à saúde sexual e reprodutiva, com preocupação especial para com as mulheres adultas e jovens.
12. Promover a participação dos jovens, na qualidade de agentes responsáveis de mudança, visando a sustentabilidade local, bioregional e global.
13. Fazer avançar e aplicar o conhecimento científico e de outra natureza, bem como tecnologias, que promovam meios de vida sustentáveis e protejam o meio ambiente.
14. Assegurar que todas as pessoas tenham, ao longo de sua existência, oportunidades de adquirir o conhecimento, os valores e as habilidades práticas necessárias para criar comunidades sustentáveis.
15. Tratar todas as criaturas com bondade e protegê-las da crueldade e do aniquilamento arbitrário.
16. Não fazer ao ambiente dos outros o que não queremos que façam ao nosso.
17. Proteger e restaurar áreas de extraordinário valor ecológico, cultural, estético, espiritual e científico.
18. Cultivar e praticar um sentimento de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da Comunidade da Terra. Toda pessoa, instituição e governo têm o dever de promover metas

indivisíveis de justiça para todos, sustentabilidade, paz mundial, respeito e cuidado para com a comunidade de vida mais ampla (BRASIL, 2020).

Agenda 21

A agenda 21 global, é um documento, assinado por 179 países do mundo, durante a realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) discutidos sobre o meio ambiente e desenvolvimento, também amplamente conhecida como “ECO92”, o evento foi realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1992.

O termo Global refere-se a algo que acontece simultaneamente em todo o mundo, haja vista que os problemas ambientais, à época, já afetavam a população de forma global, necessitando assim, de ações com todas as nações.

Sendo assim, o princípio “pensar global e agir local”, determinou que cada país criaria sua própria Agenda 21 (BARBIERI,2011).

Em relação a temática educação ambiental (EA), observou-se expressos os compromissos, no capítulo 36 da Agenda 21, “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento”. Neste capítulo, evidencia-se a proposta para o enriquecimento de atitudes, princípios, princípios de valores e atitudes consideradas saudáveis na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

De acordo com Oliveira (2007) o Brasil, em julho de 1992, foi um local estratégico para realização da Rio – 92, cujo objetivo foi criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre todos os participantes, de todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais.

Deve-se salientar a devida implantação da Agenda 21 nas escolas de forma efetiva, estruturada e construída coletivamente com a comunidade escolar.

A Agenda 21 Escolar, estruturou-se a partir das metodologias desenvolvidas pela Agenda 21 Global, através de um “processo de construção

coletiva, desenvolvimento de metodologias de trabalho ativas, baseados na participação da comunidade envolvida, no diálogo, na troca de experiências “(FRANCO, 2006, p.10).

Portanto, a Agenda 21 foi de suma importância para o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA), para a problematização de atividades de forma assertiva nas escolas, colocar em prática, no cotidiano, todas as vivências aprendidas no processo de estudo e elaboração das atividades.

Declaração de Thessaloniki

A declaração de Thessaloniki, como as demais conferências, culminou na elaboração de um documento, com objetivo de propor uma visão interdisciplinar para realização de ações compartilhadas de educação para o futuro sustentável.

O evento ocorreu, no ano de 1997, em Tessalônica, Grécia, promovida pela UNESCO e juntamente com o governo da Grécia, com a temática sobre “Ambiente e Sociedade”.

As principais discussões foram sobre a educação e a conscientização pública para a sustentabilidade. A conferência elaborou um documento intitulado “Declaração de Tessalônica”, a sua elaboração contou com a Sociedade Civil de oitenta e três países, Organizações Governamentais e (Organizações não Governamentais (ONG’S).

A declaração de Thessaloniki (1997) afirma que:

A educação ambiental deve ser implementada de acordo com as orientações de Tbilisi e de sua evolução a partir das questões globais tratadas na agenda 21 e nas grandes conferências da ONU que também abordaram a educação para a sustentabilidade. Isso permite referência a educação para o meio ambiente e sustentabilidade (DIAS, 2004, p.87).

Para Seara Filho (1987), a educação ambiental formal tem na escola o ambiente principal das atividades educativas. Os assuntos são inclusos nos currículos escolares na forma de temas interdisciplinares, visando à formação ética e práticas adequadas para a estruturação da boa qualidade ambiental. O

tratamento interdisciplinar deve ser uma característica do processo, evitando-se a compartimentação nesta ou naquela matéria.

Assim, como todo o material elaborado sobre a E.A deve ser estudado com profundidade e rigor, deve ser compreendido para fomentar a discussão sobre como efetivar suas ações e implantar de uma forma assertiva.

A Política Nacional da Educação Ambiental

A Lei nº 9.795 é promulgada e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A Lei estabelece que a educação ambiental se torne uma prática nacional em todas as unidades escolares, sejam elas, educação básica ou ensino superior. O artigo 4º estabelece os princípios básicos da Educação Ambiental, sendo estes:

I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III – o pluralismo de ideais e concepções pedagógicas, na perspectiva da Inter, multi e transdisciplinaridade; IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo; [...] VII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e a diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

O artigo 5º apresenta os objetivos fundamentais da educação ambiental, a saber:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade

ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (BRASIL, 1999).

Para Loureiro (2009), a Lei n.º 9.795 em 27 de abril de 1999, gerou uma preocupação nos educadores e estudiosos interessados no desenvolvimento da educação ambiental, visto que a mesma deveria ser implementada em caráter interdisciplinar nas escolas. Deve-se mencionar que, no contexto de aprovação da Lei nº 9.795, havia profissionais que não compreendiam claramente o sentido do termo interdisciplinar. Para muitos, o significado é tão abstrato quanto a palavra e, é nesse ponto que conhecer as práticas e metodologias relacionadas à educação ambiental torna-se importante, não somente pelo modo interdisciplinar como deve trabalhado, mas também em sua eficácia, uma real efetivação nas escolas na prática curricular das escolas.

Desde sua criação ainda há uma dificuldade nos professores em seu entendimento e sua forma de aplicação curricular.

Metas para 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Em setembro de 2015, os membros das Nações Unidas, os 193 países e membros, adotaram uma nova política global: intitulada **Agenda 2030**, para o Desenvolvimento Sustentável, programa de ação em dimensão mundial para a melhoria das condições de vida dos povos do planeta, que tem como seu principal objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida para todos.

Para isso, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas, a serem alcançadas de uma forma conjunta pelos diferentes níveis de governo, empresas, organizações e a sociedade como um todo nos âmbitos internacional e Nacional.

A agenda 2030 é resultado de muito trabalho em conjunto com cidadãos de todo o mundo e governos para elaborar uma estrutura global com

a finalidade de acabar com a pobreza, promoção da prosperidade, o bem-estar de todos, proteção ao meio ambiente e combate as alterações climáticas.

As Nações Unidas desenvolveram estratégias de cooperação mútua e parcerias com governos, sociedade civil e outros agentes sociais para torná-los possíveis de realizar este projeto planetário.

O ODS 4, educação de qualidade, visam “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2016).

Dentro do ODS 4, há metas a serem desenvolvidas, sendo elas:

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e

não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020 substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2016).

Na figura 1, apresenta-se os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2030.

Figura 1: Os 17 ODS, da Agenda 2030



Fonte: <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>

A seguir, apresenta-se os 17 ODS:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos⁵.

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2016, p. 1).

No estudo dos objetivos, nota-se que o Desenvolvimento Sustentável só poderá existir se houver a garantia do tripé do desenvolvimento sustentável, ou seja, questões sociais, ambientais e econômicas totalmente imbricadas entre si. Nos próximos anos, a implementação da Agenda 2030 pretende estimular e apoiar ações em áreas de importância para a humanidade.

3.3 CONSUMO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Pode-se dizer que o consumo sempre foi algo inerente a vida, os seres humanos têm a necessidade do consumo para se desenvolverem, aumentarem as suas expectativas e a qualidade de vida.

O consumo é um ato de utilizar um serviço ou produto que de alguma forma, satisfaz necessidades pessoais ou de um coletivo, assim ações como se vestir, comer e momentos de lazer são atividades de consumo, pode-se adquirir bens de consumo materiais de curta ou longa duração.

Para Cortez; Ortigoza (2007) os hábitos de consumo exigidos e alicerçados pela mídia englobam esferas do cotidiano, criando desigualdades sociais avassaladoras, sem limites e com consequências de difíceis soluções pelos gestores de políticas públicas.

Nesse sentido, torna-se visível que o maior desafio, atualmente, é transformar o crescimento econômico capitalista em um modelo de desenvolvimento sustentável (DS) (BROWN, 2003), no qual as atitudes individualistas devem ser modificadas e direcionadas para questões mais coletivas, como as mudanças nos valores humanos (NORTON, 2007).

De acordo com Dias (2004, p.95), a mídia projeta para o mundo e desperta nas pessoas o desejo de “ter” aquilo e “ser” assim, sem que as suas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e até ecológicas, o permitam. Esta maneira de pensar e agir começou a padronizar a conduta das pessoas, e o aumento para o consumo dos recursos naturais, o que agrava

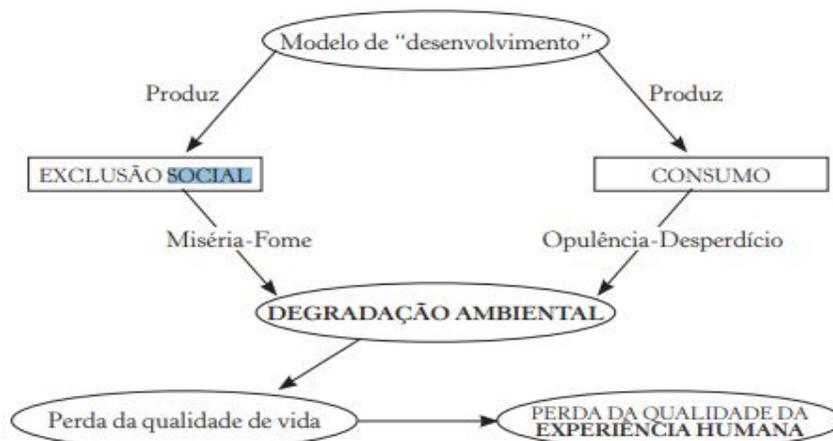
grande parte das desigualdades sociais dentro de um país e entre diversos países.

Na medida em que a compra desenfreada e não necessitada atribui ao comprador um valor (seja ele de felicidade, de prazer, de alívio, de solução etc.), pode-se observar que a sociedade de consumo é pautada pela ausência de sentido final (PORTILHO, 2010, p.13).

Dias (2004) observa que a lógica do capital se fundamenta no lucro a qualquer custo, lucro este atrelado à lógica do aumento da produção, em que recursos naturais são utilizados sem nenhum critério; em que o ambiente é visto como um grande supermercado gratuito, como um recurso, com reposição infinita de estoque; em que se privatiza o benefício e se despreza e socializa o custo.

A figura 2 apresenta como o consumo e a produção acabam gerando maior degradação dos recursos naturais e obtendo-se uma perda da qualidade de vida por diversos fatores.

Figura 02: Análise sistêmica do contexto socioambiental



Fonte: Dias (2004)

Para indivíduos do século XXI, o consumo “torna-se uma mercadoria desejável e desejada e a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fada” (BAUMAM,2005, p.22).

Seguindo essa linha de raciocínio, grande parte dos consumidores adquirem novos produtos, muitas vezes, que não necessitam, sendo o consumismo um dos principais problemas da sociedade (PORTILHO, 2010)

A abundância dos bens de consumo continuamente produzidos pelo sistema industrial é considerada, frequentemente, um símbolo da performance bem-sucedida das economias capitalistas modernas. No entanto, esta abundância passou a receber uma conotação negativa sendo objeto de críticas que consideram o consumismo um dos principais problemas das sociedades industriais modernas. A partir da construção da percepção de que os atuais padrões de consumo estão nas raízes da crise ambiental, a crítica ao consumismo passou a ser vista como uma contribuição para a construção de uma sociedade sustentável (PORTILHO, 2010).

Têm-se, por consequência, uma sociedade de consumo insustentável, pois “a capacidade de regeneração da Terra não acompanha a procura: o homem transforma os seus recursos em lixo mais rapidamente do que a natureza pode transformar lixo em novos recursos” (LATOUCHE, 2012, p. 38). Já esse modelo de consumo não consegue mais se estruturar sem causar a degradação ambiental desenfreada.

Atualmente, já é consenso que não apenas governos e empresas negligentes são responsáveis pela relação desastrosa do homem com o meio ambiente, mas o indivíduo também (PORTILHO, 2010).

O ser humano, transformado em consumidor, é induzido a não pensar sobre o porquê e para que comprar e consumir. Pela mesma racionalidade, esse mesmo consumidor não pensa nas consequências que esse consumo pode trazer ao meio ambiente (PEREIRA; MONTEIRO, 2015, p. 113).

A terminologia degradação ambiental é constantemente citada em diversas formas de publicações em caráter científico e textos não acadêmicos.

Na lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, no inciso II, artigo 3, consta o seguinte conceito alusivo ao termo degradação ambiental: “degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.”

A lei não mostra sobre o causador da ação de degradação, se pode ser consequência de causa natural, por exemplo, um raio atinge a floresta e causa um incêndio ou por consequência antrópica, provocada pelo homem. O que fica explícito, neste conceito, é que a degradação ambiental se caracteriza como um impacto ambiental negativo (SÁNCHEZ, 2008, p. 27).

A Resolução CONAMA nº001 de 1986, define impacto ambiental como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente afetem: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; IV - a qualidade dos recursos ambientais (SANCHEZ, 2008, p. 59).

Para o melhor alinhamento e discussões sobre questões ambientais tem que estar claro a categoria conceitual, e o entendimento de que a EA tem um papel fundamental para realizar o fortalecimento sobre os conhecimentos e a conscientização.

Segundo Milaré (2009), compreende-se, então, que a EA se faz condição imprescindível para modificar o cenário de crescente degradação socioambiental, presente na sociedade contemporânea, pois o impacto do humano sobre o meio ambiente, tem provocado consequências sem precedentes, tanto em termos quantitativos quanto em qualitativos.

3.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Sobre aspectos da relação entre Educação Física e Educação Ambiental, apresenta-se a área que se dá por meio das práticas corporais de aventura na natureza, por se entender que é a vertente da Educação Física (EF) com a maior relação com a EA.

Dentro da EF, esportes e natureza, seguem duas direções: 1º Esporte na Natureza associado ao turismo de aventura com praticantes vivenciando o esporte e, a 2º é o Esporte na Natureza trabalhado dentro da escola previsto no conteúdo escolar, relacionado com a EA.

Pode-se observar que as modalidades de esportes de aventura praticadas na natureza, com a ampliação do conhecimento entre as pessoas e a inserção das modalidades do Surf, Escalada e Skate nos jogos olímpicos, adquiriram maior visibilidade e credibilidade perante a sociedade.

O esporte de aventura surge a partir de um novo paradigma da EF centrado na (re) aproximação com a natureza, na autorrealização, no lazer e na

melhoria da qualidade de vida, os quais buscam substituir os objetivos de competição, rendimento e esforço arraigados nas práticas esportivas (MARINHO, 2008).

Trata-se de uma prática corporal que apresenta grande potencial educativo pelo fato de suscitar nos praticantes situações educativas com experiências pouco habituais, além de um caráter motivador, impregnada de emoção, significado e intenção (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

O esporte de aventura é uma experiência desafiadora, permite o contato com a natureza e com outras dimensões sensíveis, cuja busca de revalorização e preservação aponta para um diferencial dessas práticas em relação aos esportes convencionais (BRUHNS, 2003; MARINHO, 2008).

A seguir, apresenta-se, no Quadro 3, a estrutura curricular da EF, conteúdos, práticas, e habilidades a serem desenvolvidas para os 8º e 9º anos, do Ensino Fundamental II, como práticas corporais de aventura na natureza, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Quadro 3: Organização da temática nas aulas de EF do ensino Fundamental II (8º e 9º ano)

Ano Faixa	Unidade Temática	Objetos do conhecimento	Habilidades
8º/9º	Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza	(EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza.

8º/9º	Práticas corporais de aventura	Práticas corporais de aventura na natureza	(EF89EF21) Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das práticas corporais de aventura na natureza, bem como suas transformações históricas.
-------	--------------------------------	--	---

Fonte: Autoria própria, 2021

O Quadro acima apresenta a organização da temática para os professores de EF, o ano em que o conteúdo deverá ser desenvolvido, nomeado como “unidade temática”, os objetos de conhecimentos e habilidades.

No quadro 4 apresentam-se os comentários referentes aos objetos de conhecimento e suas possibilidades na prática curricular, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Quadro 4: Estrutura das habilidades e possibilidades

Ano/Faixa	Comentários	Possibilidades do currículo
8º/9º	Identificar riscos significa reconhecer que as práticas corporais de aventura na natureza possuem uma característica de incerteza quanto a modos de prática e quanto a objetivos a serem atingidos: portanto, são práticas onde os riscos estão presentes e devem ser gerenciados. As práticas corporais de aventura na natureza exploram formas de experimentação corporal em ambientes naturais, centradas nas perícias e proezas provocadas pelas situações de imprevisibilidade que se apresentam quando o praticante interage com um ambiente desafiador. O reconhecimento dos riscos na presença dessas práticas corporais deve servir de base para discutir quais modalidades serão realizadas e as principais ações motoras presentes na sua realização. A partir dessa análise, devem estabelecer coletivamente medidas para superar	Na elaboração do currículo, deve-se propor aprendizagens aos alunos sobre as práticas de aventura na natureza que permitam a eles identificar as estratégias necessárias para controlar possíveis riscos, que podem incluir os locais nos quais serão realizadas as práticas, quem irá participar, quais habilidades motoras são requisitadas para as atividades e quais são os materiais e recursos disponíveis. De posse dessas informações, os alunos devem discutir coletivamente sobre maneiras de realizar as modalidades de modo que todos possam participar com segurança, como, por exemplo, iniciar com modalidades de pouca solicitação técnica e baixo risco, como o trekking, ou propor práticas de desafio de níveis variados para que possam praticar as modalidades escolhidas de acordo com as suas habilidades. À medida que progredirem, podem escolher desafios de maior dificuldade. Uma possibilidade de organização da habilidade por anos

	os desafios de forma segura, como utilizar equipamentos de segurança, realizar as práticas com auxílio dos colegas ou organizar as práticas de acordo com as habilidades dos praticantes.	pode propor inicialmente a investigação do risco e a proposição de estratégias de segurança de práticas de aventura urbana que conhecem ou praticam para aquelas que não fazem parte do seu contexto social.
8º/9º	Identificar as características descritas na habilidade refere-se a conhecer o significado de: a) Instrumentos: materiais utilizados para as práticas, como cordas, paraquedas, botes, remos, entre outros; b) Equipamentos de segurança: capacete, luvas, colete salva-vidas, joelheiras, entre outros; c) Indumentária: vestimentas apropriadas para as práticas, como óculos para o paraquedismo, bermuda larga para o surfe, calçados reforçados para o trekking; d) Organização: refere-se a possíveis classificações das práticas, como, por exemplo, o ambiente físico no qual são realizadas (água, ar, terra). Transformações históricas das práticas corporais de aventura na natureza referem-se à evolução e popularização das modalidades, influenciando o seu modo de prática, assim como as suas características.	Na elaboração do currículo, é interessante que os alunos observem, de acordo com as características descritas na habilidade, quais práticas são acessíveis para a experimentação nos locais onde vivem. Pode-se propor que façam visitas ou convidem praticantes ou entidades que desenvolvem as modalidades, estabelecendo discussões e experimentações alternativas de acordo com o acesso dos alunos aos espaços naturais próximos à escola. Uma possibilidade de organização da habilidade por anos pode propor inicialmente a investigação das transformações históricas de esportes de aventura de acordo com a sua organização, iniciando com esportes praticados no ar, a seguir, terra e, por fim, água.

Fonte: Autoria própria, 2021

Para além das discussões relacionadas à preservação do meio ambiente, o esporte de aventura como conteúdo da Educação Física escolar propicia o trabalho com temáticas interdisciplinares, discussões acerca das condições sociais, relações culturais, saúde e qualidade de vida (ARMBRUST; LAURO, 2010).

4 MATERIAIS e MÉTODOS

Para Bodgan e Biken (1994) cabe ao pesquisador, com sua sensibilidade e referencial teórico de suporte, coletar dados e interpretá-los, construir conhecimento sobre um determinado objeto. De acordo com esses autores, a pesquisa qualitativa apresenta algumas características, sendo estas: - o investigador é o principal agente na recolha dos dados, - os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo, - o pesquisador busca o aprofundamento para avançar no conhecimento.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica sobre a temática em livros, artigos, dissertações e teses.

Para estabelecer o contexto da pesquisa, Gil (2002, p.44) explica que “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para analisar os dados coletados, utilizou-se da análise de conteúdo, a qual segundo Bardin (2011) “[...] é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 15).

A pesquisa bibliográfica, juntamente com as informações coletadas e analisadas sobre o tema, possibilitou a proposição de construção de um Manual Didático Ambiental sobre a confecção da prancha de stand up paddle de garrafa pet e a prática da modalidade com ênfase na educação ambiental.

Na elaboração do manual didático foi utilizado a tecnologia do QR code, para linkar, com os vídeos explicativos das sequências pedagógicas no ensino do SUP.

5 RESULTADOS e DISCUSSÃO

5.1 HISTÓRIA DO STAND UP PADDLE

Segundo Floater (2013), o stand up paddle constitui-se no ato de remar em pé sobre uma prancha. O mais interessante é que essa forma aparentemente nova de remar não é tão nova assim. Há muito tempo que pescadores, povos ribeirinhos e marujos de diversas partes do mundo veem se utilizando dessa técnica para se deslocar com mais desenvoltura e maior segurança em canais, rios, portos e entre barreiras de corais que, até hoje, continuam sendo um transtorno para muitas embarcações.

Como toda forma de transporte criado pelo homem, registros confirmam que além do uso para transporte, remar em pé em uma pequena embarcação também já foi utilizado como forma de lazer e recreação no passado. Alguns exemplos são tribos indígenas, os Moches peruanos em seus caballitos e os antigos polinésios, sempre lembrados por suas façanhas e habilidades de remar em pé sobre as ondas (FLOATER, 2013).

A maioria dos levantamentos históricos sobre os registros da modalidade SUP apontam que esta atividade tinha forte conexão com a pesca para seu sustento e não era voltada para a prática da recreação e lazer (FLOATER, 2013).

Segundo Meneguelo (2020, p.60) os Moches peruanos, a era pré-colombiana, remavam ajoelhados e em pé sobre seus caballitos de totora, não só em busca do pescado, mas também para se divertirem sobre as ondas.

A modalidade surge com a característica de regiões litorâneas e com uma grande relação com o meio ambiente aquático.

Os registros mais expressivos da prática do SUP são de meados da década de 1940, no Havaí, mais especificamente na praia de Waikiki, berço do surf mundial. Paralelamente ao surf tradicional, que se rema deitado, alguns professores conhecidos como beachboys, remavam em pé sobre pranchas de madeira que, à época, eram enormes e pesadas. O mais conhecido e um dos mais talentosos da época foi John Zapotocky (MENEGUELO, 2020).

De acordo com Meneguelo (2020, p.62):

[...] Dois dos maiores atletas expoentes de Maui, Dave Kalama e Laird Hamilton, tinham o hábito de entrar na água com pranchas surfe de 12 pés de comprimento, para quando as ondas estavam pequenas. Em uma tarde no ano de 1995, os dois amigos iriam fazer uma sessão de fotos com essas pranchas, quando Dave teve uma ideia de acrescentar um remo de canoa havaiana. A ideia deu tão certo que Laird Hamilton encomendou a Malana Chun, um conceituado artesão de Maui, dois novos remos de canoa havaiana, porém, com uma haste mais longa proporcional ao seu tamanho que lhe permitisse remar ereto sobre a prancha. Laird Hamilton havia se tornado um dos surfistas mais famosos do mundo por conta de suas atuações em ondas gigantes e, em função disso a imprensa especializada aos poucos passou a dar mais destaque para aquele “estranho esporte” praticado por ele batizando a modalidade de standup Paddle ou “remada de pé.

Hoje, o standup paddle é praticado no mundo inteiro e ganha adeptos de todas as idades e classes sociais. A modalidade integra os jogos panamericanos e está cotada para ingressar nos jogos olímpicos de 2024.

A figura 3, ilustra os praticantes do Stand up Paddle no Hawai.

Figura 03: Stand up Paddle no Hawai



Don Wildman, Jake Chelios, Chris Chelios, Laird Hamilton, Jeff Sweet, Nate Heydari .

fonte: <https://www.xptlife.com>

5.2 STANDUP PADDLE NO BRASIL

No início dos anos 2000 o standup paddle começou a se tornar popular no arquipélago havaiano e chamou a atenção de alguns brasileiros nas ilhas, entre eles, Vitor Marçal, um respeitado salva-vidas radicado em Oahu Que, de férias no Brasil. Provavelmente foi o primeiro brasileiro a remar em uma prancha feita para SUP (ADERE, 2013).

Rosa (2011) relatou que, no início de 2007, Marcello Morrone, líder do ranking nacional de Windsurf e proprietário do clube Katanka, trouxe as primeiras pranchas de stand up paddle para Brasília. Nos anos seguintes, o SUP expandiu-se de Brasília para outros Estados, como Mato Grosso e Amazonas.

Assim, como aconteceu no restante do mundo, o SUP segue crescendo e conquistando novos adeptos a uma velocidade poucas vezes vista na história dos esportes (ADERE, 2013).

5.3 PROJETOS UTILIZANDO O STAND UP PADDLE COM A PEGADA AMBIENTAL

No Brasil surgem alguns projetos utilizando o esporte SUP como uma excelente estratégia de intervenção pedagógica para as questões ambientais.

Destacam-se três projetos que vão ao encontro da proposta deste estudo e subsidiaram a elaboração da proposta.

1º O projeto Stand Upet

O projeto Stand Upet foi criado, inicialmente, por estudantes do curso de oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, durante a greve de 2017, como ato de resistência frente ao sucateamento da universidade e a necessidade de fortalecer o diálogo entre o conhecimento acadêmico produzido nas salas de aulas, laboratórios e campos com os saberes práticos e tradicionais de populações originárias.

A prancha Stand Upet, ao mesmo tempo em que reutiliza e ressignifica um dos materiais plásticos mais consumidos atualmente, as garrafas pet que

são majoritariamente descartadas de forma inadequada, ainda pode ser aproveitada para diversas atividades, a saber: suporte logístico a pescadores artesanais; aluguel para turismo de base comunitária; esporte; locomoção; lazer; aulas e coletas de campo, entre outras.

O projeto stand upet emerge como projeto de educação ambiental crítica que possibilita a extensão universitária, isto é, a ruptura de barreiras entre universidade e outros setores da sociedade – promovendo assim a democratização do conhecimento científico que, dialogando com os conhecimentos tradicionais, potencializam transformações político-sociais

Figura 04: Projeto Standupet



Fonte: www.standupet.com.br

2º Tapera Stand Up Paddle

É um projeto social esportivo que atende o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes da Tapera (CCFV).

O CCFV – Tapera recebe 80 crianças, entre 6 e 14 anos, em situação de risco e vulnerabilidade. Vítimas de violência física, sexual, psicológica,

negligência familiar e extrema pobreza, as crianças são encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAIF) e Conselho Tutelar de Florianópolis.

Desde 2004, a comunidade do Bairro da Tapera é beneficiada com os serviços de uma equipe formada por professores, pedagogos, cozinheira, serviços gerais, motorista e secretária, liderada pela coordenadora Laione Capistrano. As crianças são acolhidas, no período do contraturno escolar, com atividades educativas, recreativas, esportivas e alimentação.

O CCFV-Tapera é mantido com recursos do Governo Federal e da Prefeitura de Florianópolis.

O Projeto Tapera Stand Up Paddle é mantido com recursos da Secretaria do Esporte de Florianópolis.

Através do Instituto Bem Possível, a Floripa Stand Up Paddle realiza atividades esportivas e recreativas com SUP na Praia da Tapera.

A Floripa Stand Up Paddle apoia o projeto com o fornecimento dos equipamentos (pranchas, remos, leash e coletes salva-vidas), e a Decathlon Florianópolis com o fornecimento das roupas em neoprene long john.

A importância do Stand Up Paddle na vida das crianças vai além dos benefícios na saúde física. É uma estratégia que colabora com o desenvolvimento emocional, o fortalecimento da autoestima e constrói valores sociais e ecológicos.

3º 1º SUP Tour na Lagoa do Peri

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), como parte da programação da semana em que se comemorou o Dia Mundial da Água, em 2019, organizou o 1º SUP Tour na Lagoa do Peri em parceria com a Floripa SUP Club, unindo Stand-Up Paddle (SUP) com a educação ambiental. O evento foi realizado em um dos principais cartões postais da ilha de Santa Catarina, a Lagoa do Peri. O local é um componente fundamental do sistema de abastecimento de água da região sul de Florianópolis.

5.4 PROPOSTA DA PRÁTICA DO STAND UP PADDEL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: DIALOGANDO COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É importante pensar a educação ambiental de diferentes formas, a utilização do standup paddle como uma estratégia pedagógica pode proporcionar um maior envolvimento do praticante com a natureza, tornando-se uma forma mais real para a compreensão da importância do convívio com o esporte e a natureza.

É notável a grande evolução da educação ambiental ao longo do tempo, com todo o trabalho já realizado e um grande desafio, ainda a ser vencido, pois é um trabalho contínuo, permanente, realizado no dia a dia, com pequenas ações e projetos, que objetiva uma ampla conscientização de educadores e educandos, quanto a importância da preservação ambiental.

O intuito desta dissertação foi apresentar uma aproximação entre a educação ambiental e o Stand up paddle, de uma forma mais atrativa, para utilizá-la como estratégia pedagógica para profissionais da educação.

Para isso, foi elaborado um manual como material didático e formativo para educadores, de modo que contribua para a construção da prancha e prática da modalidade, bem como para atitudes de preservação e conscientização ambiental.

O manual é apresentado de maneira clara e objetiva, de forma a facilitar sua utilização, para o docente poder executar a modalidade e para o educando poder exercer seu protagonismo, a relação direta com a construção da prancha e estudo do meio.

O estudo do meio e a construção das pranchas possibilitam fomentar as discussões sobre as temáticas ambientais e as possíveis contribuições que possam levar para a resolução de problemas ambientais por toda vida.

O Sup é uma modalidade fácil de ser praticada, em apenas alguns minutos o praticante já consegue ficar em cima da prancha e pode desfrutar da prática da modalidade, e com isso a torna uma atividade física prazerosa, pode ser realizada individualmente ou coletivamente.

Marinho (2008), ressalta que existem pessoas interessadas pela atividade da natureza devido as emoções pela aventura que proporciona.

Dias (2004) pontua que os benefícios da realização da prática desta modalidade traduzem-se na inserção do público praticante nas questões ambientais, pois possibilita a imersão na problemática da degradação e na importância da preservação da natureza.

Portanto, busca-se que, educadores e educandos, praticantes de atividades de aventura na natureza tenham uma maior consciência ambiental, pelo contato direto com a natureza, estudo do meio, por meio do aprofundamento dos estudos, e um melhor entendimento sobre o meio natural e a importância de concretizar ações efetivas para preservação do meio ambiente.

6 CONCLUSÃO

Há várias décadas a necessidade da preservação ambiental está presente em toda parte do mundo, com estudos, conferências, programas, eventos, nacionais e internacionais, para a discussão e implantação de medidas nos âmbitos, global e local.

A partir da Conferência de Tbilisi, 1977 e, especificamente no Brasil, da implantação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/99, foi garantida a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, no entanto, mesmo com o amparo, nos documentos oficiais e legais, ainda se nota a dificuldade em incluir, a temática ambiental, na proposta pedagógica, no projeto curricular e planejamento das aulas.

Observa-se uma longa jornada a trilhar para que a Educação Ambiental seja trabalhada de uma forma interdisciplinar, cada professor precisa entender sobre a temática para adequá-la ao seu conteúdo disciplinar e assim desenvolver o trabalho com outras áreas do conhecimento.

Outro ponto a se destacar, é o cuidado que o educador precisa ter na implementação das atividades pedagógicas, de modo a garantir a participação ativa e o protagonismo do estudante, que faça parte da criação, elaboração, execução e avaliação do processo, preparar o material pedagógico com o estudante, que a atividade não seja apenas uma tarefa para nota. A atividade deve estimular a curiosidade, incentivar a pesquisa, fomentar o debate, possibilitar a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, formar o educando para ser um multiplicador sobre as questões ambientais.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica sobre a temática em livros, artigos, dissertações e teses.

A pesquisa bibliográfica, com todas as informações coletas, dados analisados sobre o tema juntamente com a experiência profissional e a prática da modalidade Stand Up Paddle, possibilitou a proposição da construção de um manual didático sobre a confecção da prancha de stand up paddle de garrafa pet e a prática modalidade com ênfase na educação ambiental.

A intencionalidade na elaboração de uma manual didático prático, deve-se ao fato de que durante a pesquisa, observou-se o desenvolvimento de

atividades com o Stand up Paddle, no entanto, não foi encontrado nenhum material semelhante.

O material foi pensado e elaborado para servir de apoio e formação pedagógica para que educadores possam utilizá-lo em aulas e projetos. A primeira parte inicia com a construção da prancha de Sup, com garrafas PET, um passo a passo, desde a coleta dos materiais até sua finalização ao ponto de ir para água. A segunda parte do material descreve a estrutura pedagógica para o ensino do Sup, com questões de segurança, estrutura de atividades fora d'água e a parte do passo a passo para aprender a surfar nas águas em cima de uma prancha de SUP.

Portanto, o principal objetivo foi oferecer uma estratégia pedagógica para educadores trabalharem os aspectos da Educação Ambiental, conscientização e aproximação de todos envolvidos no processo com a natureza. O material elaborado serve para educadores, mas também, para toda população com vontade e interesse em praticar a modalidade e efetivar a preservação ambiental.

Acredita-se que o manual didático pedagógico é uma alternativa para estimular educadores a terem um maior interesse sobre a temática ambiental, motivação para elaborarem outros projetos, outras vivências e com isso possibilitar a todos os participantes a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, para a atual e futuras gerações.

O trabalho com a Educação Ambiental é uma proposta que precisa fincar raízes nos sistemas de ensino, estaduais e/ou municipais, como prática curricular valiosa, no bojo de uma perspectiva crítica e humanizadora, tendo como horizonte a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ADERE. **Conheça a história do stand up paddle**. 2013. Acesso em 11 fev. 2020

ARMBRUST, I.; LAURO, F. A. A. **O skate e suas possibilidades educacionais**. Motriz. Rio Claro - SP, v. 16, n. 3, 2010. Acesso em: 02fev. 2021.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 12. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 280p.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRACHT, F. **Qualidade ambiental: uma análise do potencial educativo-ambiental das embalagens de alimentos destinadas ao público infantil**. Dissertação de Mestrado. 146 f. Universidade Feevale, Novo Hamburgo - RS, 2010.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à utopia e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL, Fernanda Krundat. **Ser humano e natureza: um olhar da educação física a partir de surfistas e pescadores artesanais**. Dissertação de Mestrado. 82f. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. DOU 28.4.1999

_____. **A Carta da Terra**. Programa Agenda 21. 2020. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>

BRASIL. **Agenda 21 Brasileira: Ações prioritárias**. 1992. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/acoesprio.pdf. Acessado em: 27 de junho de 2021.

_____. **Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano**, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972. Disponível em: <http://www.mma>.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 20 out.2020.

BROWN, L. (2003). **Eco-economia. EPI** - Earth Policy Institute / UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica. Recuperado em Novembro, 2010

BRUHNS, H. T. **No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções**. In: BRUHNS, H. T.; MARINHO, A. (Org.). Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003.

CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (2007). **Consumo Sustentável: conflitos entre necessidades e desperdício**. São Paulo: Editora UNESP.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2004

DIAS, C. A. G.; MELO, V.; ALVES JÚNIOR, E. D. **Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais**. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Porto, v. 7, p. 65-95, 2007.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

FLOATER, Ivan. **A história do stand up paddle**. Florianópolis: Confederação Brasileira de Stand UP Paddle, 2013

FRANCO, Laercio Claro Pereira. **Atividades físicas de aventura na escola: uma proposta nas três dimensões do conteúdo**. 2008. 134 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2008.

FRANCO, M. I. **Agenda 21 na Educação: Construindo Ferramentas Pedagógicas para Trilhar o Caminho da Sustentabilidade**. In: Agenda 21 – Educação Ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais. Publicação Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE/Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Embu, São Paulo, p. 8-14, 2006.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Educação e Comunicação: v. 15).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184p.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GAIA, Paulino Pinheiro. **Trilhas ecológicas como recurso didático para a educação ambiental integrando educação física e biologia**.2016. 161f.Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL.L.F. **Turismo de aventura em Osório Rio Grande do Sul: Uma possibilidade para a consolidação de um destino**.2016. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uces.br/handle/11338/1650>. Acesso em: 29.set.2020

HANNIGAN, J. **Sociologia ambiental**. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Educação para a Sustentabilidade, Educação Ambiental, Educação Global? Qual educação queremos? **Global Education Magazine**, v. 8, p. 52-55, 2014. Disponível em <<http://www.globaleducationmagazine.com/educacao-para-sustentabilidade-educacao-ambiental-educacao-global-qual-educacao-queremos/>>. Acesso em 20.mar.2021

LATOUCHE, Serge. **O pequeno tratado do decrescimento sereno**. reimp. Lisboa: Edições 70, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, D. M. T.; CAETANO C. A. Educação física, esporte e lazer na natureza: preservação, modismo, apologia. Será tudo isso? **Motrivivência**, Florianópolis, ano 16, n. 22, p. 137-143, jun. 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O Movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política**. Rio de Janeiro. Quartet, 2009.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

MENEGUELO, Luciano. **Raiz uma viagem pelas origens do surf, canoa polinésia, standup paddle e prone paddleboard**. Ebook.2020

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente a gestão ambiental em foco**. 6. ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S.I.]: ONU, 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

NORTON, B. G. (2007). **Ethics and sustainable development: an adaptive approach to environmental choice**. In: Atkinson, G.; Dietz, S.; Neumayer, E. (editors). *Handbook of Sustainable Development*. Edward Elgar Publishing.

OLIVEIRA, L.D. A construção do “desenvolvimento sustentável” sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da “crise ambiental”. In: **COLÓQUIO MARX E ENGELS**, 5., Campinas, 2007. Anais... Disponível em: Acesso em: 02 dez. 2020.

PEDRINI, A. de G. **Trajetória da educação ambiental**. In: PEDRINI, A. de G., (Org.). *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. 3 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, J. M.; MONTEIRO, L. R. Atividades Físicas de exploração da natureza - em defesa do seu valor educativo. **Revista Horizonte Científico**. Uberlândia, v. 69, n. 3, p. 111-116, mai. 2015.

PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M. C. F.; COIMBRA, J. A. A. **Visão de interdisciplinariedade na educação ambiental**. In: PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M. C. F. (edit.). *Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. NISAM: Signus Editora, 2000. p.178- 185.

PLASTICS EUROPE, 2011, *Plastics – the Facts 2011*. **An analysis of European plastics production, demand and recovery for 2011**. Disponível em: Acesso em: 29 de janeiro 2021

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. Fátima Portilho. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez: 2010.

RAMALHO, M. Plásticos **Biodegradáveis Provenientes da Cana de Açúcar**. São Paulo, Faculdade de Tecnologia da zona Leste, 2009.

PRAXEDES, Jomilto Luiz. **Caracterização biomecânica da conduta motora remada básica de passeio do esporte stand up paddle**. 2015. 138 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, 2015.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 2.ed. São Paulo. Cortez, 2007

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2014. Coleção primeiros passos.112p.

ROSA, Rachel. Stand up paddle. **Revista late**, São Paulo, n. 48, 2011, p. 52-55

SALVADOR (BA). Secretaria Municipal da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental**: as escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador / Concepção e elaboração: Jamile Trindade Freire, Maria de Fátima Falcão Nascimento, Sueli Almuíña Holmer Silva. Salvador: SMEC, 2006.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008

SANT'ANNA, D. **Passagens para condutas éticas na vida cotidiana**. Revista Margem, São Paulo: PUC/EDU, 1999

SANTOS, H. M. M. **Disposição final dos resíduos sólidos em Maringá-PR**: Impactos e soluções. Monografia, Universidade Federal do Paraná, Maringá, 2010, disponível em www.acervodigital.ufpr.br. Acesso em: 9 out. 2020

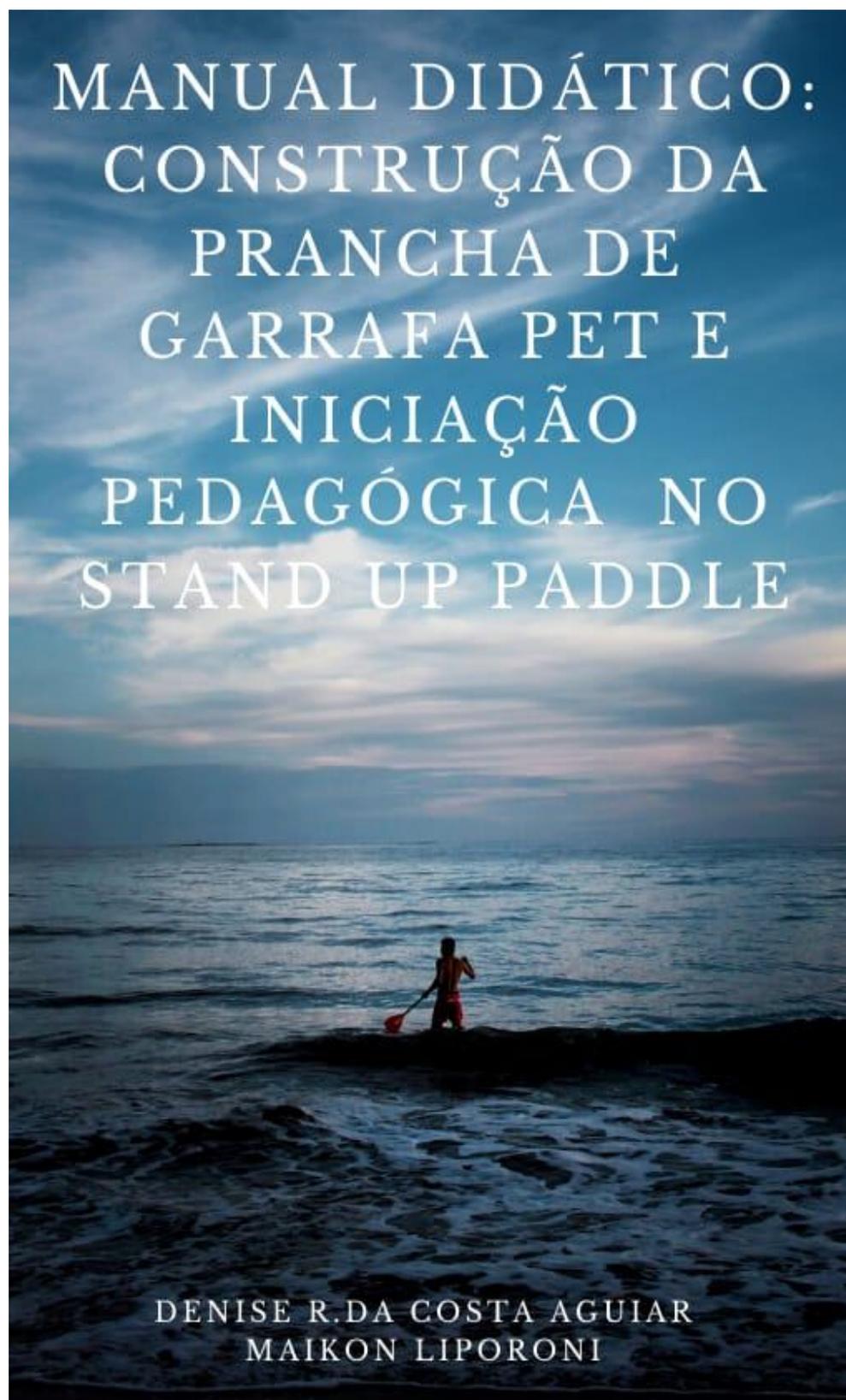
SEARA FILHO, G. **Apontamentos de introdução à educação ambiental**. Revista Ambiental, ano 1, v. 1, p. 40-44, 1987

TREVISOL, Joviles Vitório. **A educação em uma sociedade de risco**: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: UNOESC, 2003. P.166.

UNESCO. **Carta de Belgrado**: uma estrutura global para a educação ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1975. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf. Acesso em: 9 maio. 2020.

UNESCO. Unesco (Org.). Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. **Tbilisi**. 1977. Disponível em: <http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Tbilisicompleto.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

APÊNDICE A: Manual Didático: Construção da prancha de Garrafa Pet e Iniciação Pedagógica no Stand Up Paddle



APRESENTAÇÃO

Olá! Caro, educador ou entusiasta da área!

Neste manual iremos apresentar de forma simples, objetiva e de fácil execução a prancha de Stand up Paddle.

Vamos unir a prática das atividades de aventura com a Educação Ambiental de uma forma muito atraente e dinâmica para mostrar a problemática dos impactos ambientais, derivados do consumo e descartes de resíduos sólidos em locais inapropriados.

O Manual está dividido em duas partes: a primeira apresenta a construção da prancha, utilizando-se garrafas pet e outros materiais necessários para confecção. A segunda parte apresenta uma possibilidade de intervenção pedagógica para ensinar os educandos a usarem a prancha de forma correta e segura e realizarem o estudo do meio ambiente.

Parte I

I - Construção da prancha de stand up paddle e seus acessórios para a prática da modalidade.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

Construção da prancha de standup paddle e seus acessórios para a prática da modalidade.

1 – Material: 60 garrafas pet de 2 litros de formato uniforme. É importante salientar sobre o formato da garrafa, não pode ser em outro formato pois dificultará a confecção da prancha.



Fonte: arquivo pessoal,2021

2 - As garrafas devem estar limpas e lavadas. Sugestão: captar água da chuva em grandes baldes para a limpeza de cada pet.



Fonte:pinteres.br

3- Após lavadas devem estar bem secas e livre de umidade. Lavar, deixá-las de ponta cabeça, ao sol, para escorrer e evaporar as gotas de água.

4- Separar 52 cinquenta e duas garrafas inteiras.

5- Com a garrafa limpa e seca vamos lixar a garrafa. Lixar a parte inferior e superior da garrafa e fazer algumas ranhuras na tampa.



Fonte: arquivo pessoal, 2021.

6- Nesta etapa vamos precisar de uma bomba de encher pneu de bicicleta ou um pequeno compressor de ar e um pedaço de câmara de ar de bicicleta.

1º) cortar um pedaço da câmara de ar em um tamanho de 10 cm; depois prender uma ponta da câmara de ar, prender com fita adesiva da maneira que ela não escape, na mangueira do compressor ou da bomba de bicicleta.

Inserir a outra ponta da câmara de ar na ponta da garrafa, soltar a tampa, levemente, sem sair da rosca, bombear o ar para dentro da garrafa. Quando perceber que está ficando dura, rosquear a tampa até fechar. Repetir o processo com as 52 cinquenta e duas garrafas.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

7- Separar 22 garrafas que serão cortadas da seguinte maneira: Com uma tesoura, cortar a parte inferior e superior da garrafa, sobrando a parte do meio, medindo 10 cm.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

8– A parte cortada da garrafa de 10 cm vai se tornar uma conexão entre as outras garrafas, deve-se lixar a parte interna desta parte, para que a cola fixe, tempo de secagem 12 horas.

9- Etapa da colagem: Vamos utilizar, cola P.U.V 501, cola de alta resistência, aplicar a cola em todo contorno, sem deixar nenhum espaço, pois este é o segredo da vedação. Com uma garrafa inteira, iremos pegar a conexão, já com cola e inserir na parte superior da garrafa, pegar outra garrafa, colocar a parte inferior na conexão já ligada com outra garrafa. Repetir o processo até construir uma parte contendo 8 garrafas conectadas.

10- Faremos: um tubo com 8 garrafas, dois com 7 garrafas, dois com 6 garrafas e dois com 5 garrafas.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

11- Precisa-se de uma mesa, alguma superfície ou no chão, de modo que se encaixe dentro do padrão do desenho, que será o local para molde da prancha.

12- Colocar todas as fileiras, conforme o desenho, para não ficarem tortas e dificultarem a colagem.

13- Colocar todas as fileiras prontas no chão, juntá-las com uma corda fina, tiras de borracha ou fita de amarrar pranchas. Passar cola na lateral das garrafas e uni-las. Nesta etapa, é interessante, apoiar as duas extremidades da prancha, um lado encostar na parede e o outro colocar em um banco deitado, para ficarem firmes.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

14- Agora com as fileiras coladas e a prancha já tomando forma, vamos cortar o bambu fino e colar entre a união de cada fileira, isso dará a prancha, a firmeza necessária.

15 – Colar o bambu entre as fileiras e amarrá-los com corda fina, borracha ou fita de amarrar prancha e deixar secar para que tudo fique bem fixo.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

16 - Iremos fazer as quilhas da prancha, quilhas são responsáveis em dar direção a prancha. Vamos usar 4 quatro CDs, na parte inferior da prancha, separá-los, prendê-los entre cada fileira com a cola PUV.

17 - Na parte oposta à das quilhas, colar folhas de E.V.A para criar o deck local, para ficar em pé na prancha.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

Esperar secar. Com os estudantes fazer a decoração da prancha, colocá-la na água e iniciar as atividades.

II - Construção do Remo

A construção do remos é muito fácil e rápida! O remo é fundamental para a prática do standup paddle.

- 1- Pegar uma garrafa pet, amassá-la e prendê-la na ponta do bambu, passar fita isolante na ponta da garrafa e do bambu.
- 2- Lixar o bambu para evitar farpas.



Fonte: pinterest.br

- 3- Na parte superior do remo, pegar a tampinha da garrafas e colá-la em cima, esperar secar. O remo está pronto para o teste na água.

Próximo passo: Pegar a prancha e o remo, procurar um local para realizar a prática e fazer o teste.

Na sequência, iremos apresentar o passo a passo de como se preparar para realizar, com segurança e técnica, a iniciação na modalidade.

Parte II

Primeiros passos no Stand up paddle

O stand up paddle é uma modalidade de fácil aprendizado. Iremos mostrar o passo a passo de como ensinar a modalidade de uma forma prazerosa e segura, partindo de como ficar em pé na prancha e as técnicas básicas para a remada.

Antes de iniciarmos a sequência pedagógica para o ensino do sup, pontuar alguns aspectos pedagógicos fundamentais:

- Realizar reunião com os pais/responsáveis dos estudantes, explicar o projeto, convidá-los para acompanharem as atividades. Solicitar a autorização expressa dos pais/responsáveis para a participação do estudante no projeto.
- Fazer uma pesquisa com os estudantes sobre resíduos sólidos, classificação, danos à saúde, equipamentos necessários para proteção individual. (EPIs);
- Comprar EPIs para cada estudante.
- Levar sacos para recolhimento dos resíduos sólidos encontrados durante a prática da atividade. Para o recolhimento dos resíduos sólidos é condição todos os estudantes estarem protegidos com os EPIs.
- Realizar uma conversa com os educandos sobre o meio ambiente no local em que se encontram;
- Pedir para os estudantes observarem os impactos ambientais que já estão visíveis, nas margens do local;
- Sugerir para que os estudantes pensem em alternativas, criem uma atividade de difusão e comunicação com a população local, com o objetivo de ajudar a conscientizar sobre a importância da preservação ambiental, a diminuir o consumo de produtos com embalagens plásticas e minimizar os impactos ambientais provocados pelo excesso de resíduos sólidos no local.
- Encaminhar ofício para Polícia Militar e/ou Corpo de Bombeiros da região para o acompanhamento da atividade.

Condições de Segurança: cuidados que o educador deve tomar antes de realização da atividade.

1º Conhecer o local: O educador deve conhecer as características do local para ser praticada a atividade, se está no mar, local da corrente de retorno, se a praia tem características como ondas, condição do vento, rios e represas conhecer o local, verificar a direção do vento, previsão do tempo.

2º Equipamento de segurança: Não realizar atividades sem os equipamentos de segurança listados abaixo:

1º Colete salva-vidas: este equipamento é fundamental para a realização da atividade, cada colete tem sua descrição para a capacidade em kg que suporta, então se irá realizar atividades com os seus estudantes, todos têm que usar o colete e com o colete adequado para seu porte físico.



Fonte: www.ativa.com.br



Fonte: www.martinellipesca.com.br

2º Leash ou Strep: Este equipamento é a corda que une a prancha ao praticante, tem como principal objetivo não deixar que o praticante escape da prancha ao cair e a prancha com o vento se afaste.



Fonte: www.prancharia.com.br

Para realização desta atividade é recomendado realizar uma pesquisa para descobrir clubes e grupos de remada na região. Com estas informações em mãos ficará mais fácil para escolher o melhor local para praticar o esporte.

As atividades, primeiramente, têm início em terra, aborda-se a introdução a prática do SUP, tais como: segurança, segurar o remo, ficar em pé na prancha, como remar, como frear, como virar, como subir na prancha depois da queda.

Utilize o leitor de Qr-code para visualizar os vídeos.



Vídeo: Remando com a prancha de sup pet.

1º A função do colete salva-vidas e sua importância em práticas de atividades aquáticas.

Os coletes salva-vidas foram desenvolvidos para serem utilizados em situações de emergência e para dar segurança ao praticante em atividades aquáticas esportivas.

Os coletes devem ser homologadas pela Marinha do Brasil, que os expõem a rigorosos testes. O colete permite que o praticante se mantenha flutuando na água.

Os coletes salva-vidas são divididos em cinco tipos diferentes, tem sua classificação com o propósito a ser utilizados.

Classe I – Colete para mar aberto: Para navegação oceânica, águas brasileiras ou internacionais. Indicado para travessias transatlânticas e plataformas de petróleo.

Classe II – Para navegação costeira: Para navegação em mar aberto, águas brasileiras até aproximadamente 200 milhas da costa. Indicado para qualquer atividade em mares da costa do Brasil.

Classe III – Para navegação em águas abrigadas e calmas: Para embarcações de navegação interior em rios, lagos, beira-mar etc. Indicado para qualquer atividade em rios, lagos e represas.

- **Classe IV** – São indicados para situações de trabalho: Para uso por longos períodos em trabalhos realizados próximos à borda de embarcações ou outros dispositivos que corram risco de cair na água acidentalmente. Utilizado em construções de pontes, conserto de barcos etc.

- **Classe V** – Atividades esportivas de alta velocidade: Para atividades esportivas de alta velocidade como: jet-ski, banana-boat, esqui aquático, windsurf, stand-up paddle, pesca esportiva e pequenos veleiros. Importante lembrar que cada atividade possui seu modelo apropriado.

Antes de iniciar a prática da modalidade teste o colete para observar se está ajustado corretamente.

2º Como segurar no remo:

Ex. Quando for remar do lado direito da prancha, a mão esquerda deve estar segurando a manopla e mão direita embaixo no remo. Após algumas remadas irá trocar o lado. Levantar o remo, a mão esquerda vai para baixo no lugar da direita e a mão direita irá assumir a manopla, a remada acontecerá do lado esquerdo da prancha.



Fonte: arquivo pessoal, 2020

3º Como se posicionar na prancha e se levantar.

Esta parte é muito importante! Antes de aprendermos a ficar em pé na prancha, devemos realizar a remada ajoelhado, primeiramente, para entendermos como funciona a troca de remo para o outro lado da prancha. Inicia-se com o estudante remando ajoelhado para ganhar confiança e intimidade com a prancha. Próxima etapa, subir na prancha.



Vídeo: Como se posicionar na prancha.



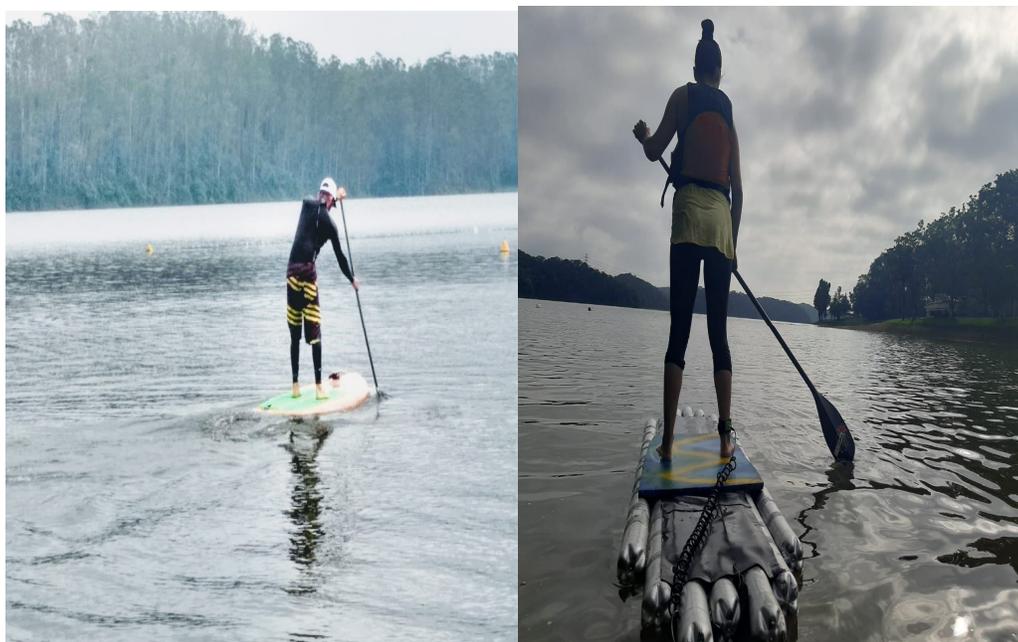
Fonte: arquivo pessoal,2021

Próxima etapa: ficar em pé na prancha. Primeiramente, ficaremos ajoelhados na prancha, colocaremos o remo horizontalmente a nossa frente, colocamos força no remo em contato com a prancha e ficaremos em pé. As pernas devem estar ligeiramente afastadas à largura dos ombros, os pés devem estar, inteiros, em contato com a prancha.



Fonte: arquivo pessoal,2021

Depois de ficarmos em pé, vamos posicionar de forma correta o remo, e colocá-lo na água.



Fonte: arquivo pessoal,2021

4º Como remar: Ao iniciar a remada, o remo deve estar posicionado em uma lateral da prancha, o mais à frente que você conseguir, ao espetar o remo a frente iniciamos a puxada com a mão da manopla empurrando-o para frente e a mão debaixo puxando para próximo ao quadril. Tirar o remo

da água logo que ele ultrapassar a linha do quadril e assim iniciar novamente o movimento.

O corpo deve sempre acompanhar o movimento, curvando o tronco ligeiramente para frente e realizando um pequena flexão de joelhos.

Um erro comum, que deve ser evitado, é só uma mão puxar para realizar o movimento e o corpo ficar totalmente ereto e travado.

5º Ganhando equilíbrio.

Vamos iniciar com algumas atividades, para melhorar o desempenho da remada:



Vídeo: Ganhando equilíbrio

1º Pedir para que o praticante coloque força em cada perna de forma alternada, com isso irá gerar o desequilíbrio, e o mesmo irá começar a notar o ponto de equilíbrio da prancha.

2º Pedir para que o praticante levante o remo acima da cabeça na horizontal, depois ajoelhe na prancha, se levante, e iniciar a remada.

3º Pedir para que o praticante sente na prancha, com as pernas para fora, uma para cada lado da prancha, depois ajoelhe e se levante, iniciar a remada.

4º Pedir para o praticante deitar-se na prancha em decúbito ventral, com o remo a frente da prancha, depois ajoelhar, levantar e iniciar a remada.

6ª Técnicas de remada:

Iremos abordar duas técnicas fundamentais para iniciação da primeira vivência do sup:

1º Frear a prancha:

Esta técnica utilizamos em alguns momentos durante a prática, ao se deparar com outro praticante a sua frente evitando a colisão e no momento que estamos retornando as margens para finalizar a atividade. Primeiro, começamos a remar, quatro remadas para o lado direito e quatro remadas para o lado esquerdo. A prancha estará com uma certa velocidade depois das remadas. Para efetuar a freada coloca-se o remo na água ao lado do corpo e segura forte. Com isso o remo irá travar a prancha diminuindo a velocidade, evitando a colisão.

Nota-se que, neste movimento, o remo tem que estar firme com a pá dentro d'água e o praticante segurando com firmeza.

2º Mudar de direção da prancha:

Para realizar a mudança de direção da prancha, primeiramente pedimos para o praticante ficar ajoelhado na prancha, isso dará mais equilíbrio e confiança para realizar a movimentação.

Colocar o remo ao lado e na parte traseira da prancha, realizar a remada ao contrário, da traseira da prancha para a parte da frente, com isso inicia-se o movimento de rotação da prancha.

Pedimos para que o praticante escolha um ponto e continue remando ao contrário até chegar a este ponto, essa técnica deve ser realizada para os dois lados.

Depois de dominada pede-se para o praticante ficar em pé na prancha, realizar os mesmos movimentos anteriormente já realizados na posição

ajoelhada. Todos os movimentos devem ser praticados em torno de 20 minutos.

7º Cair da prancha.

Está é uma parte que deve ser abordada pois, em algum momento da atividade, o praticante irá ter a queda.

Primeiramente, pediremos ao praticante que sente na prancha, coloque o remo na água e entre, se jogue da prancha, neste momento, irá flutuar devido ao colete.



Vídeo: Como cair e levantar da prancha.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

1º Pedir para o praticante recuperar o remo e colocá-lo em cima da prancha;

2º Segurar na prancha com as duas mãos, bater os pés para que as pernas saiam debaixo da prancha, puxa-se o tronco para cima da prancha, com as mãos nas bordas da prancha, subir as pernas e ajoelhar.

3º Recuperar o remo e retomar a posição em pé.

No segundo momento, pedir para o praticante em pé, pular da prancha, para que se acostume a cair e perca o medo.

Há uma segunda maneira de subir na prancha caso o praticante não consiga subir da primeira maneira.

Com o praticante na água, segurar na prancha, ir virando-a até chegar na parte traseira da prancha “rabeta”, deite o peito na rabeta, com as duas mãos segurar nas laterais da prancha o mais alto que conseguir, puxar as laterais da prancha e ao mesmo tempo bater os pés, com isso irá conseguir subir na prancha.

Essas são as técnicas básicas para iniciar as atividades no SUP, lembrando que cada pessoa tem um tempo para realizar, umas irão aprender mais rápido do que as outras. Na realização das atividades, o educador tem que ficar atento para propor as intervenções pedagógicas, para melhor auxiliar os estudantes na prática da remada.

Apresentamos as técnicas primeiramente em terra, simulamos na prancha essas atividades, depois desta vivência, iremos para a prática na água. Normalmente, leva-se em torno de 20 a 30 minutos para que o praticante consiga remar sozinho. Recomenda-se que o educador delimite um percurso para realização da atividade. Um apito é fundamental para realizar a atividade quando algum praticante se afastar, intencionalmente ou não, do grupo.

O mais fascinante do Sup é que em poucos minutos todos vão estar remando e desfrutando desta prática, a modalidade atende a todas as idades, dos 3 aos 90 anos.



Fonte: arquivo pessoal, 2021

ALOHA...